



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Informo à Comissão o recebimento dos seguintes expedientes:

– Aviso nº 208, do TCU, datado de 7 de março do corrente ano, subscrito pelo Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União, no qual encaminha os autos de relatório de monitoramento decorrente do Acórdão 1.817, de 2010, Plenário, em que o tribunal apreciou o relatório de levantamento de auditoria com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais, ocasião em que expediu determinações aos entes fiscalizados com objetivo de aperfeiçoar a gestão da área enfocada;

– Aviso nº 103, do TCU, datado de 6 de março do corrente ano, subscrito pelo Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União, no qual encaminha cópia do Acórdão nº 312, de 2012, que trata de relatório de auditoria realizada na Agência Nacional de Transportes Terrestres, com objetivo de avaliar a atuação da agência no controle e supervisão dos investimentos no setor ferroviário nacional.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 8, de 2012, aprovado em 15/03/2012, de minha autoria, com a finalidade de avaliar o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, face aos altos níveis dos mesmos encontrados nos alimentos, conforme noticiou a Anvisa, em dezembro de 2011, em matéria veiculada na imprensa nacional: “Agrotóxico irregular aparece em 28% dos vegetais no Brasil”, *Folha de S.Paulo*, 06/12/2011. A presente reunião tem como objetivo avaliar os procedimentos adotados nos processos de reavaliação quando há indícios de riscos à saúde, bem como a possibilidade da criação do Registro Único de Agrotóxicos, com a presença dos convidados, que chamo para compor a mesa: o Dr. Leandro Diamantino Feijó, Coordenador de Resíduos e Contaminantes da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa; o Dr. Luís Eduardo Pacifici Rangel, Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa; o representante do Ministério da Saúde; a Drª Sérgio de Souza Oliveira, Diretora do Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria, do Ministério do Meio Ambiente; o Dr. Luiz Cláudio Mirelles, Gerente-Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa; o representante do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – Sindag; o representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama; a Drª



Karen Friedrich, Tecnologista em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz; o Dr. Luismar Ribeiro Pinto, assessor da Secretaria de Assalariados Rurais da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura); o Dr. Manoel Galvão, assessor técnico da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

Antes de iniciarmos a nossa audiência pública, eu gostaria de colocar em apreciação um requerimento em face de uma demanda feita pelo Sindicato dos Pecuáristas do Estado de Rondônia, datado de 21 de março, que passo a ler:

O Sinpec (Sindicato dos Pecuáristas do Município de Porto Velho) está preocupado com a expansão do frigorífico JBS no Estado de Rondônia e com a compra de diversas plantas.

O Estado de Rondônia hoje conta com 18 frigoríficos de médio e grande porte, sendo 14 em operação. Com as recentes aquisições – duas plantas do frigorífico Guaporé Carne, sendo uma no Município de São Miguel do Guaporé e outra no distrito de Extrema, no Município de Porto Velho; e também o frigorífico Santa Marina, em Ariquemes –, o JBS, atualmente, passa a ser proprietário de sete plantas no Estado, ou seja, praticamente 50%, sendo a região norte do Estado a mais prejudicada, pois tem, agora, como única opção, a rede de frigorífico JBS.

Considerando o exposto, solicitamos providências junto ao Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica – e aos demais órgãos que se fizerem necessários.

Certos de podermos contar com o apoio de V. Ex^a.

Atenciosamente,

Wesley Vilaça Melo, Presidente do Sinpec – Sindicato dos Pecuáristas de Porto Velho.

Em face desse ofício, nós colocamos, antes de iniciarmos a nossa audiência pública, um requerimento.

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, solicito sejam requeridas ao Ministro de Estado da Justiça as seguintes informações:

1. O real grau de concentração dos frigoríficos no Brasil e, também, no Estado de Rondônia, bem como os pressupostos legais que garantem as negociações de compra dos frigoríficos;

2. O papel desempenhado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de regulação no processo de negociação de frigoríficos no Brasil e, em especial, no Estado de Rondônia;



3. Análises dos últimos cinco anos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica sobre as recentes aquisições de frigoríficos nos Estados brasileiros, mormente no Estado de Rondônia;

4. Balanços do Cade relativos aos últimos cinco anos sobre a negociação de frigoríficos no Brasil e, em especial, no Estado de Rondônia;

5. A opinião técnica do Cade sobre o papel desempenhado pelo frigorífico JBS nas negociações recentes de plantas no Estado de Rondônia; e

6. Que medidas vêm sendo tomadas pelo Cade para que sejam preservadas a livre concorrência e a defesa econômica no setor de carnes no nosso País.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, o Estado de Rondônia conta com dezoito frigoríficos de médio e grande porte, sendo quatorze em plena operação.

Recentemente, o frigorífico JBS adquiriu duas plantas do frigorífico *Guaporé Carne*, uma no Município de São Miguel do Guaporé; outra no distrito de Extrema, em Porto Velho. Além disso, o JBS adquiriu o frigorífico *Santa Marina*, em Ariquemes. Com essas operações, o JBS se tornou detentor de 50% dos frigoríficos rondonienses. Muitos alegam que a região norte do Estado ficou muito prejudicada com a concentração, já que conta com apenas uma rede de frigorífico, o que acarreta sérios prejuízos para população pela falta de concorrência.

No nível nacional, a situação nos parece igualmente preocupante. Nos últimos anos, o BNDES investiu pesadamente nos frigoríficos de grande porte, como o JBS, com aporte de recursos com a finalidade de incentivar a aquisição de outros frigoríficos de menor porte.

Por outro lado, dados mostram que, concomitantemente a esse processo, houve grande ampliação da concentração de mercado. A participação dos três maiores frigoríficos passou de 22%, em 2009, para 36%, em 2010. E o pior é que pesquisas indicam que o preço da carne bovina, no período, subiu para os consumidores e caiu para os pecuaristas.

Esses sérios fatos nos levam a crer que as informações objeto deste Requerimento sejam essenciais para contribuir com a fiscalização desempenhada pelo Congresso Nacional e, em particular, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. Cabe ao Cade, vinculado ao Ministério da Justiça, orientar, fiscalizar, prevenir e apurar abusos de poder econômico e, também, zelar pela livre concorrência e pela defesa econômica no nosso País.

Em votação o requerimento de informações.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Esta é uma questão realmente importante: a cartelização de frigorífico no nosso País. Essa é uma questão que nos preocupa.

Acho que esse requerimento é bem-vindo.

É importante que o Ministério e especialmente a Casa possam realmente se pronunciar a respeito dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Esta é a nossa intenção: fazer com que o Cade se pronuncie no sentido de resguardarmos não somente a produção, mas principalmente o direito do consumidor, para que não tenhamos uma cartelização no comércio da carne bovina brasileira.

O requerimento foi aprovado e será encaminhado à Mesa para decisão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa audiência pública de hoje é para tratar do uso de agrotóxicos na agricultura brasileira. Entretanto, antes de iniciarmos, chamo atenção para outro tema que já abordamos em diversas ocasiões nesta Comissão, inclusive com audiências públicas, que é a questão do mercado da carne, porque, a cada dia que passa, aumenta a concentração de empresas e frigoríficos nas mãos de poucas empresas.

Em maio do ano passado, em audiência realizada aqui na Comissão de Agricultura, constatamos que essa situação é reflexo de uma conjuntura de mercado que sofreu impactos da crise sanitária de 2006 e da crise financeira internacional de 2008 e que foi agravada pela decisão do governo e do BNDES de priorizarem investimentos nos grandes frigoríficos. Essa política ampliou a concentração de mercado e continua prejudicando milhares de pecuaristas e dezenas de frigoríficos em todo o País.

Na época, cobramos o apoio do BNDES para os pequenos e médios frigoríficos brasileiros, em especial para os de Rondônia, e adoção de medidas de incentivo aos pequenos e médios frigoríficos de carne bovina dentro da nova política do desenvolvimento produtivo do Governo Federal, bem como acompanhamento pelo Cade dessa concentração de mercado que acontece em todo o País. No entanto, essa situação tem-se agravado.

Nesta semana, o Sindicato dos Pecuaristas de Porto Velho, através do seu Presidente, reporta-nos, em ofício, a aquisição de aproximadamente 50% do mercado rondoniense de carne.

Vamos remeter a situação ao Cade e ao BNDES, através do Ministério da Fazenda, para que as providências sejam tomadas.

A nossa audiência pública de hoje tem como objetivo avaliar o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, em face dos



altos níveis encontrados nos alimentos, conforme noticiou a Anvisa em dezembro de 2011, quando ficamos sabendo que 28% das amostras de alimentos analisadas pela Agência apresentaram limites acima do recomendável ou substâncias não aprovadas para o produto.

O campeão de irregularidades é o pimentão, que teve 92% das amostras analisadas consideradas insatisfatórias no relatório do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos da Anvisa. Os outros dois alimentos mais problemáticos são o morango e o pepino, com 63% e 57% das amostras com mais agrotóxicos do que o permitido, respectivamente.

Foram analisadas 2.488 amostras em todos os Estados e no Distrito Federal, exceto São Paulo, que não quis participar da avaliação.

Dos 50 princípios ativos mais usados em agrotóxicos no Brasil, 20 já foram banidos na União Europeia.

O endossulfan achado no pimentão já não é usado nos Estados Unidos e China, por exemplo. Ele foi reavaliado pela Anvisa em 2010 e terá de ser banido do País até 2013.

A presença de química não permitida ocorre em 85% das amostras de pimentão. O uso excessivo do agrotóxico é prejudicial aos consumidores, bem como aos agricultores, que são os mais expostos aos produtos químicos.

Segundo o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, os agrotóxicos de uso agrícola e domésticos totalizaram quase 9.600 registros de intoxicação notificados no País em 2010. A maior parte delas ocorre no campo, entre trabalhadores rurais que não recebem treinamento adequado para entender o código de cores, que indica a toxicidade de cada produto, e para compreender as informações complexas apresentadas nas bulas ou interpretar corretamente o significado dos pictogramas que os avisam de que devem usar máscaras ou luvas.

Porém, os danos dos agrotóxicos também atingem a população urbana, pois parte considerável dos alimentos chega às mesas das pessoas com resíduos agrotóxicos acima do limite recomendável ou contaminada por agrotóxicos não apropriados para aquela cultura.

A indústria química alega que esse problema poderia ser amenizado, se a Anvisa aprovasse mais rapidamente os novos agrotóxicos lançados no mercado. Hoje, esse processo leva cerca de três anos.

A discussão sobre o uso de agrotóxicos já rompeu os limites do setor agrícola e ganhou eco em toda a sociedade. É um tema que interessa a todos os brasileiros e brasileiras, por isso esta audiência pública nesta quinta-feira.

Agradeço a presença das senhoras e dos senhores à nossa audiência.

Nós temos hoje vários participantes, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Vamos ter de limitar em dez minutos o tempo para cada um, para



que possamos ter uma dinâmica e também a participação dos Senadores e Senadoras no nosso debate.

Iniciando, convido o engenheiro agrônomo Guilherme Luiz Guimarães, Gerente Técnico e de Regulamentação Federal, para fazer uso da palavra.

O senhor tem dez minutos para fazer as suas colocações.

O SR. GUILHERME LUIZ GUIMARÃES – Bom dia a todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer à Comissão de Agricultura o convite feito ao Sindicato, ao Sindag, para participação neste evento.

Eu sou Gerente de Regulamentação Federal da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef).

Particularmente, em relação ao programa PARA e a outros programas sobre monitoramento de resíduos, o setor entende que, em um país como o Brasil, que talvez seja o maior provedor de alimentos do mundo em pouco tempo, devido à sua abrangência continental, dentro de uma agricultura tropical que foi e que continua sendo extensivamente estudada pela Embrapa e por outras instituições, o que faz dele hoje uma referência em termos globais, já que muitos técnicos nossos já se encontram na África, levando nossos conhecimentos a todos, programas de monitoramento têm de existir de maneira cada vez mais efetiva.

Todos os grandes países agrícolas do mundo, os Estados Unidos, a União Europeia de forma geral, a Austrália, a Nova Zelândia, a Inglaterra, o Canadá, todos esses têm programas de monitoramento, que, entretanto, não atingem só resíduos de defensivos agrícolas ou agrotóxicos, mas também outras áreas, principalmente a de contaminantes.

E, no Brasil, há, além do programa da Anvisa, o programa do Ministério da Agricultura PNCRC, que avalia contaminantes.

Então, estamos diante de dois programas, um – entendemos nós – um pouco mais completo que o outro, exatamente por avaliar também contaminantes. Além disso, temos vários Estados brasileiros onde existem alguns programas de monitoramento estadual.

O que gostaríamos como indústria é que tivéssemos apenas um grande programa que poderia, inclusive, na somatória, ser menos custoso aos cofres do Governo, mas que seja realmente um programa efetivo que monitore a agricultura brasileira e o alimento que o brasileiro está consumindo, determinando-se não somente resíduos de agrotóxicos, como também contaminantes em alimentos.

Na semana passada, estando na Europa, fizemos uma visita a DG Sanco, que é o órgão do consumidor da União Europeia. Eles nos mostraram todo o sistema de alerta rápido. E pela quantidade de coisas que eles encontram, as menores são exatamente os agrotóxicos, principalmente contaminantes, em alimentos animais e vegetais, que vão para a população.



Todos são analisados e comparados aos limites máximos de resíduos determinados. E o Brasil o faz de maneira muito correta.

O importante é que todos nós saibamos que, no momento, existe uma instrução normativa conjunta do Comitê Técnico de Assessoramento em Agrotóxicos – CTA, que é uma comissão que praticamente trabalha com todas as questões relacionadas com regulamentação no Brasil. A INC nº 01 regulamenta o uso de produtos para culturas com suporte fitossanitários suficientes, muitas vezes conhecidas como *minor crops*. Precisamos agilizar esse processo, já que se for agilizada toda a responsabilidade dos órgãos gestores de registro, nós poderemos ver diminuído e muito essa contaminação que aparece nos resultados, principalmente do programa PARA (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos).

Então, uma coisa está diretamente relacionada à outra. Se não conseguirmos agilizar o registro de produtos para culturas menores, nós continuaremos, todos os anos, e os senhores podem ter certeza disso, a encontrar resultados não muito bons.

Da mesma forma entendemos que há necessidade que a parte estatística do programa PARA seja mais atualizada, e a comunicação seja mais efetiva. Esse é um problema e um ponto que consideramos vital para que esses programas possam efetivamente levar ao consumidor a verdade sobre o que está se passando.

Normalmente se coloca o verbo no presente “estão contaminados”, quando isso aconteceu há mais de um ano. Isso já foi consumido pela população. Então, esses programas têm que ser mais efetivos. Ações têm que ser tomadas em cima dos resultados obtidos. É importante que se coloque nesse ponto a rastreabilidade das amostras, pois através dela poderemos chegar ao agricultor, que hoje, senhoras e senhores, é a pessoa mais penalizada neste País.

A agricultura familiar brasileira é responsável por 70% da cesta básica e ele não pode ficar à mercê de qualquer coisa. Temos que ter produtos e, mais importante do que isso, assistência técnica. A Embrater, que foi desmantelada no início dos anos 90, ainda persiste em alguns Estados, mas é inócua frente ao grande número de propriedades agrícolas que este País tem.

Então, concluindo esta pequena colocação, gostaria de deixar como conclusão do que o setor químico, o setor de defensivos agrícolas vê: necessitamos, sim, de um sistema de monitoramento que seja realmente o melhor de todos, talvez um no âmbito federal; estadual, poderíamos ter alguns. Não vejo necessidade de termos dois, mas que tenhamos um completo, inclusive analisando produtos oriundos da agricultura orgânica.

Neste momento, no Estado do Paraná, temos inúmeras determinações de resíduos de agrotóxicos de produtos oriundos da agricultura



orgânica feitos pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná e estão disponíveis a todos. Esse é o primeiro ponto.

Entendemos que a comunicação tem de ser mais efetiva, comunicando realmente o risco da forma como entendemos que deva ser. Que o Governo dê uma atenção especial à INC 01, volto a comentar, que é a INC que fala sobre registro de produtos para Culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente, onde estão o pimentão, o quiabo e todos esses produtos menores. E que tenhamos também extensão rural neste País, adaptada às condições nossas.

Este é um país tropical. Hoje, planta-se, por exemplo, soja do Rio Grande do Sul até o Piauí, que foi o campeão de produtividade da soja neste ano passado, na última safra. Temos uma tecnologia totalmente aperfeiçoada ao País, causando inveja aos países desenvolvidos. Nessas andanças que fizemos na semana passada pela Europa, vimos que o Brasil tem o que chamamos desk-Brasil, uma mesa especial para avaliar o Brasil do ponto de vista de país pujante, que, provavelmente, seja uma das principais – e já o é, no sexto lugar – economias do mundo.

Quanto à produção de alimentos, mais uma vez temos que parabenizar o agricultor brasileiro porque o Brasil foi, talvez, o único país do mundo que cumpriu as metas da FAO no tocante ao aumento da oferta de alimentos e diminuição da fome. De acordo com a FAO, já havia índices já determinados para o final de 2010 e o Brasil foi um dos poucos países que cumpriu, efetivamente, um pouco além disso.

Por outro lado, outros países que também são signatários da FAO não conseguiram fazê-lo, aumentando, portanto, a quantidade de pessoas famintas no mundo, que passa hoje de um bilhão de pessoas.

Quero somente, para terminar, lembrar que no ano passado saiu uma manchete muito grande na *Folha de S.Paulo*, dizendo: “Nesta semana, no chifre da África, morreram 29 mil pessoas de fome.” Isso foi maior que o *tsunami* do Japão, no ano passado, infelizmente, mas que, pela imprensa, teve muita repercussão. Isso nos dói aqui como grande provedor de alimentos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço ao Engenheiro Guilherme Luiz Guimarães pelas suas colocações e passo a palavra à Dr^a Daniela Buosi, Diretora Adjunta de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. A senhora tem dez minutos para fazer as suas colocações.

Muito obrigado pela presença, Dr^a Daniela.

A SR^a DANIELA BUOSI – Obrigada. Eu agradeço pelo convite.

Nós, do Ministério da Saúde, entendemos como extremamente oportuno este momento de debates. Agrotóxico é um tema que a gente vem tratando há muito tempo, um tema de uma importância enorme, mas a gente



entende que está faltando, talvez, uma resposta um pouco mais concreta das ações praticadas pelos órgãos.

Na fala agora do colega, foi dito que algumas das ações já estão sendo colocadas. Eu acho que o Luiz Cláudio vai esclarecer um pouquinho melhor, mas eu queria fazer alguns comentários quanto a três pontos que o senhor colocou. Um é quanto a ter um programa único. Eu acho que temos que ter essas informações públicas, acessíveis, de maneira clara, mas cada um dos entes que trata com agrotóxicos tem a sua competência. A Anvisa tem a competência relacionada à parte de registro dos produtos. Não sei se o Sérgio vai comentar, mas a ANA também já está começando a se estruturar para fazer análise de agrotóxicos nas bacias. Então, ela tem como responsabilidade água bruta. O Ibama também tem sua responsabilidade frente à questão dos agrotóxicos e o Ministério da Saúde, por meio do nosso Departamento. Nós fazemos a análise do agrotóxico em água por meio do programa do Vigiágua, a água para consumo humano.

Entendo que cada um tem a sua competência. Eu não sei a viabilidade, a factibilidade de juntar isso tudo num grande programa. A gente estaria criando mais uma estrutura, mais uma instância, e acho que isso não é efetivo, porque cada órgão tem as suas competências. Acho que precisamos unificar essas informações para que possamos, sim, ter ações efetivas em cima daquilo que realmente está sendo utilizado, principalmente eu falo isso do lado de onde estou falando, que é o Ministério da Saúde.

A gente tem aí já uma casuística bastante importante: pessoas intoxicadas e pessoas expostas aos agrotóxicos, que são coisas distintas.

Entendemos que, dentro de um ponto que o senhor colocou, a comunicação de risco é um dos fatores que a gente mais tem que trabalhar, na promoção da saúde da população, o uso seguro; daquilo que é legal, que está registrado, também ter o uso seguro disso. Porque mesmo aquilo que está registrado, se a gente não tiver um uso adequado, dentro daquilo que foi aprovado pelos órgãos, tanto o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, quanto o Ministério da Agricultura, vai acarretar risco para a saúde da população, em especial a população de trabalhadores, que é um dos nossos focos principais de atuação, mas também a população em geral.

Então, o Luiz vai comentar aqui sobre o programa PARA, não só aquelas pessoas que manipulam agrotóxicos, mas também aquelas que depois vão consumir esses alimentos são os nossos focos de atuação, para que a gente possa fazer promoção e possa fazer prevenção, para que essas pessoas não venham a adoecer em função de exposição aos agrotóxicos.

Então, um dos pontos que a gente tem trabalhado bastante é a questão da comunicação de risco, que as pessoas entendam a que elas estão expostas. Acho que o PARA justamente vem para trazer esse tipo de informação, para que as pessoas entendam aquilo que elas estão consumindo.



Claro que entendo que os contaminantes que nós encontramos nos alimentos não são apenas os agrotóxicos, mas, em se tratando de alimentos, o agrotóxico é um dos principais contaminantes que a gente encontra hoje com possibilidade de exposição da população.

Eu gostaria de destacar que, para este ano, entrou nos objetivos estratégicos do Ministério da Saúde o monitoramento da saúde da população exposta a agrotóxicos. Então, isso é importante, porque passa a ser um foco de monitoramento não só do Ministro, mas também para a Casa Civil, para a Presidenta da República, o que nos força a ter uma ação mais concreta para a vigilância em saúde dessas populações.

Nós temos como meta a implementação, já este ano, deste modelo de vigilância em saúde em populações expostas a agrotóxicos em seis Estados brasileiros, onde a gente vai começar justamente naqueles Estados que mais utilizam agrotóxico nas suas culturas, e, progressivamente, até 2015, nós vamos ter esse modelo implantado em todos os Estados.

Nosso objetivo é justamente esse: trabalhar a questão da promoção da saúde, da prevenção, e que a gente possa se antecipar que as pessoas venham a se expor aos agrotóxicos que estão sendo usados, realmente, em larga escala no País.

Eu acho que a gente ainda tem uma carência bastante grande – Ségria e Luiz Cláudio podem complementar depois – na questão da análise laboratorial. Isso é uma deficiência que a gente tem ainda no País, são procedimentos bastante onerosos. Eu acho que a gente vem buscando, progressivamente, um fortalecimento dos nossos laboratórios de saúde pública, mas isso ainda vai levar algum tempo para que a gente possa ter uma efetividade, uma abrangência nacional bastante grande. Eu acho que, talvez, em função disso também é que a gente não tenha programas de monitoramento com uma abrangência maior do que a gente tem hoje. Na verdade, o que a gente consegue analisar hoje é o que o tem capacidade laboratorial para fazer e ainda com bastante dificuldade, realmente priorizando a ação de agrotóxicos frente a outras atividades que são de nossa competência.

O que eu gostaria de aqui deixar de mensagem para todos é que há um esforço bastante grande dos órgãos de governo. No enfrentamento da questão dos agrotóxicos, eu acho que, nos últimos anos, a gente vem tentando ter esse corpo de conjunto de governo para adotar medidas realmente de monitoramento de produtos, de serviços, monitoramento ambiental, para que a gente venha a ter um menor impacto na saúde da nossa população.

Eu acho que nunca estivemos tão coesos, com os processos tão organizados como temos agora, mas falta muita coisa ainda. Faltam fortalecimento laboratorial, falta recurso para os Estados e Municípios para que eles possam, dentro da nossa lógica do SUS de descentralização, atuar mais



organizadamente para agrotóxico, mas acho que, progressivamente, a gente vem construindo esse caminho.

Era isso o que eu gostaria de colocar. Agradeço pela oportunidade e pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr^a Daniela.

Eu peço licença aos nossos convidados, mas, atendendo ao Regimento Interno, vou ler um requerimento assinado pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Eduardo Suplicy, que diz:

“Requeremos, nos termos do art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater e aperfeiçoar a instrução dos textos dos projetos de lei do Senado n^{os} 3 e 153, de 2007, que dispõem sobre as sociedades cooperativas, bem como do parecer já aprovado na CCJ, da lavra do Senador Renato Casagrande, que foi objeto de consenso entre as partes envolvidas no tema.

Para tanto, indicamos como debatedores o Sr. Pepe Vargas, Ministro do Desenvolvimento Agrário; Sr. Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego; Sr. Arildo Mota Lopes, diretor-presidente do conselho executivo da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – Unisol Brasil; Sr. João Muzzi, assessor jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; Sr. Luiz Possamai, presidente da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Unicafe; Sr. Roberto Rodrigues, ex-Ministro da Agricultura; e Sr. Vergílio Frederico Perius, presidente do Sindicato de Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – Ocergs”.

Em votação o requerimento.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy para as suas colocações.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, esse requerimento decorre de um bom entendimento que, com a Senadora Ana Amélia, tivemos no sentido de que esse projeto das sociedades cooperativas possa efetivamente ser apreciado ainda neste semestre.

Lembramos que este ano, como designado pela ONU, é o Ano Nacional das Cooperativas. Teremos a oportunidade de ouvir o Ministro Pepe Vargas, que é do Rio Grande do Sul, uma área onde as cooperativas são muito importantes, e Caxias do Sul, onde ele foi prefeito, é tipicamente uma das áreas onde as cooperativas têm grande relevância. Em todo o Rio Grande do Sul, Estado da Senadora Ana Amélia, como em todos os Estados do Sul, Sudeste, no Brasil inteiro, as cooperativas ganham mais e maior força.

Também será uma oportunidade para ouvirmos o secretário de Economia Solidária, Paul Singer, que, no dia 24, este sábado, completa 80 anos. Será uma oportunidade até para também homenageá-lo pela sua extraordinária colaboração e estímulo às formas cooperativas de produção, ele que, na



Universidade de São Paulo, foi o criador da incubadora de cooperativas que estimula a criação de cooperativas. Isso se estendeu por outras instituições, como a própria Fundação Getúlio Vargas.

Aí, temos o convite também para o assessor principal da OCB, da Unisol, da Unicafe, os dirigentes dessas entidades e também o Sr. Vergílio Perius, que é presidente da entidade das cooperativas do Rio Grande do Sul. Enfim, temos, assim, uma visão equilibrada, e será uma oportunidade de iniciativa da Senadora Ana Amélia que avaliou que esta Comissão deveria, ainda, ouvir os seus representantes, nos mais diversos pontos de vista. Acho que será isto muito enriquecedor para nós, Sr. Presidente.

Passo a palavra para a Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Para debater, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Acir Gurgacz, primeiro, cumprimentá-lo pela iniciativa desta audiência pública, em que está sendo examinada uma questão importante, não só em relação ao desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro – hoje, o Brasil é um protagonista mundial na exportação – mas que trata também da segurança não só de quem maneja os produtos e ainda da segurança de quem consome os produtos submetidos ao uso dos defensivos agrícolas. Então, a relevância do tema é inquestionável.

O nosso requerimento – nosso, porque o Senado Suplicy e eu estamos trabalhando nele – justifica-se pelo projeto que eu achei por bem submeter a esta Comissão na questão do ato cooperativo e nessa questão das cooperativas solidárias. A inclusão do ex-Ministro da Agricultura, tal como está, parece que é simplesmente por ser o ex-Ministro da Agricultura. Não. Roberto Rodrigues, como todos sabem, é uma das lideranças mais importantes no cooperativismo brasileiro e presidiu a Organização Internacional do Cooperativismo. Neste ano de 2012, que é o Ano Internacional do Cooperativismo, penso que tenha relevância fazer essa audiência pública, cujo requerimento eu, com muito bom grado, faço em parceria com o Senador Eduardo Suplicy. Essa é a justificativa.

E, quanto ao Dr. Vergílio Perius, que é um líder no meu Estado e preside a Organização das Cooperativas do Rio grande do Sul, eu diria que é um acadêmico nessa matéria, porque viveu na Alemanha e conhece profundamente todos os sistemas cooperativos europeus e, claro, também do nosso País.

Penso que a colaboração de todos eles será extremamente relevante no exame da questão do ato cooperativo por esta Comissão.

Muito obrigada, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, Senador Eduardo Suplicy, e cumprimentos pela iniciativa. É um tema importantíssimo, principalmente neste ano, que é o Ano Internacional do Cooperativismo.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Para encaminhar, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu presido, aqui, no Congresso, a Frente Parlamentar do Cooperativismo.

Acho oportuno, acho que a Senadora Ana Amélia, ao pedir a tramitação também... Na verdade, é um projeto do ato cooperativo que, se não me engano, foi originário do ex-Senador Osmar Dias. Hoje, precisamos realmente votar o ato. Essa audiência pública tem como objetivo exatamente aproximar, pois, hoje, temos a OCB, mas temos também outras cooperativas. Na minha avaliação, é importante que possamos fazer uma unidade nisso e que tenhamos realmente todas essas cooperativas juntas, para que possamos, cada vez mais, fortalecer o que chamo de alternativa entre o capitalismo selvagem e a utopia daqueles que defendem ainda, como alguns ainda defendem, uma coisa muito atrasada, um sonho mesmo. As cooperativas são capazes de produzir em grupo e elas repartem coletivamente. Daí por que acho que ela é e sempre será uma alternativa.

Parabéns à Senadora Ana Amélia e ao Senador Eduardo Suplicy por fazerem, juntos, um requerimento que vai oportunizar esse debate aqui, na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Continuando o nosso debate, convido para fazer uso da palavra a Drª Sérgio de Souza Oliveira, Diretora do Departamento de Qualidade Ambiental da Indústria do MMA.

A SRª SÉRGIA DE SOUZA OLIVEIRA – Bom dia a todos. Bom dia ao Senador Acir.

Muito obrigada pelo convite, pela oportunidade de falar um pouco sobre esse tema que, na verdade, é de uma importância fundamental para o nosso País, considerando, como já foi falado aqui por várias outras pessoas, a importância do País como produtor de alimentos e o potencial que temos de



suprir a população mundial em relação a isso. Então, acho que realmente o assunto agrotóxico é um tema estruturante para o desenvolvimento do País.

Por causa disso, não é à toa que o País hoje possui uma estrutura de avaliação, de análise e de cuidado em relação aos agrotóxicos, em especial, que é realmente exemplar e que vem sendo copiada em vários outros países, em função das dificuldades que eles entendem que o Brasil tem, como a nossa diversidade e o tamanho do nosso País, e do modo como lidamos com isso.

O primeiro ponto que eu queria colocar para vocês aqui, sobre o que muitos falaram com muita pertinência, é a segurança que temos de ter com relação aos agrotóxicos. O Brasil possui um potencial, que, do meu ponto de vista, ainda é muito pouco aproveitado, que é o fato de os setores de saúde, meio ambiente e agricultura poderem conversar sobre esse assunto de forma igualitária e visando, os três, à produção de alimento, ao cuidado com a saúde e à manutenção e à preservação do aspecto ambiental, que, na verdade, é a estrutura toda que permite, vamos dizer assim, a produção do alimento.

Então, acho que este potencial que o Brasil criou e que temos hoje, pronto, está sempre sendo aprimorado: de ação da saúde, agricultura e meio ambiente. Realmente, é uma estrutura ideal para que possamos permanecer, avançar e conseguir atingir os desafios que temos em relação à produção de alimentos.

Assim, essa questão do monitoramento é uma ação extremamente importante, é o fundo de toda essa discussão, é o modo como estamos utilizando agrotóxicos. Sou oriunda de uma universidade essencialmente agrícola, Universidade Federal de Viçosa e, conhecendo o cinturão verde das pequenas cidades, nós sabemos que o uso do agrotóxico, tradicionalmente, culturalmente, sempre foi muito – não descuidado – tido como um benefício. Então, mudar esse cenário e colocar o agrotóxico como mais um auxílio para a produção e não como o fundamental para a produção, tudo isso é uma questão cultural em que já avançamos muito hoje.

Então, o monitoramento visa a saber se estamos conseguindo atingir... E concordo com o Dr. Guilherme quando fala da extensão rural, que entendo ser super importante em um País como o nosso; que tem ido aos rincões do nosso País, locais que – sabemos – são muito diferentes da nossa vida normal, do que temos em cidade grande. A existência desse mecanismo de extensão rural é importante para mudar todo esse cenário.

E concordo com a Daniela em relação a essa questão do monitoramento. Acho que existem muitas iniciativas que têm de ser promovidas. Acho que elas precisam se falar um pouco mais, mas têm de obedecer ou atender às competências de cada um, porque, no caso do Ministério do Meio Ambiente, vinculada ao Ministério, temos a ANA trabalhando na água bruta. No nosso departamento, temos várias iniciativas voltadas à identificação de contaminação ambiental, um projeto muito grande voltado para a identificação



de grandes bacias de contaminação, contaminação de solo, criando toda a estrutura dentro de laboratórios – estamos fazendo treinamento de 20 laboratórios para análise de produtos químicos mais complexos, com recursos do Governo. Então, acredito que todas essas atividades, que aparentemente são pequenas, no final, vão redundar em um grande trabalho.

E tudo isso faz parte do monitoramento. E, aí, obviamente, a questão da Anvisa, o PARA que vem sendo feito realmente é uma iniciativa que temos de incrementar, apoiar e ressaltar em todos os cenários, porque ele tem destacado alguns problemas. Está falando sobre tudo isto: a falta da extensão rural, a necessidade que temos de continuar avaliando, monitorando e acompanhando o histórico desse monitoramento.

Então, quando o senhor fala sobre essa questão do monitoramento único, do meu ponto de vista, ele tem de ser único como Governo Federal, mas tem de ser particularizado como competência, porque, com certeza, o Ministério da Saúde vai saber analisar e monitorar muito melhor a saúde pública do que nós, da área ambiental, que nos vamos preocupar com o solo, com a água, com a contaminação atmosférica e tudo o mais, obviamente pensando nisso de forma integrada com a questão da saúde.

Então, gente, eu queria deixar para vocês uma mensagem de que o que o Brasil tem de potencial nesta possibilidade de integrar saúde, agricultura e meio ambiente, discutindo esse tema, é muito único no mundo, é muito bem visto e está sendo copiado hoje. Então, a gente tem de aproveitar essa integração dos três setores e aprimorar no sentido de monitorar, no sentido de fazer extensão rural, no sentido de avaliar os agrotóxicos e de substituir os agrotóxicos mais tóxicos por outros menos tóxicos. Obviamente, quanto aos mais modernos, vamos saber se são menos tóxicos daqui a alguns anos e alguns pontos. Eles são mais complexos.

De toda forma, eu acho que a estrutura que temos tem de ser fortalecida e tem de ser realmente trabalhada como um conjunto. Então, eu queria deixar para os senhores a mensagem de aproveitarem mais as estruturas de saúde, agricultura e meio ambiente, trabalhando juntas na discussão de agrotóxico, para atender a essa apreensão que existe com relação à contaminação. Nós temos uma relação muito estreita com os outros dois ministérios, na questão ambiental, em relação ao agrotóxico em especial. Eu acredito que esse ponto tem de ser colocado como positivo. Nós temos aqui uma oportunidade de mostrar para vocês a integração que existe nisso e a importância de vocês ressaltarem.

A Drª Kênia Godoy, que é Coordenadora de Substâncias Químicas do Ibama, é uma pessoa que lida com esses assuntos praticamente 24 horas por dia, se eu posso dizer isso, e conhece muito bem todos os percalços que temos na análise ambiental de um agrotóxico, o cuidado que temos, o tempo que se demanda para isso, a preocupação que temos, preventivamente,



obviamente, para que consigamos prever alguns problemas antes da autorização. Isso tem de ser permanentemente atualizado. É dinâmico esse processo, justamente por conta da dificuldade que temos de fazer essa prevenção. Obviamente, o monitoramento tem de estar por trás de tudo isso. Temos, dentro do Ministério, iniciado muitas atividades em relação a isso.

Temos de saber que a área ambiental entrou na discussão de agrotóxicos há muito pouco tempo em relação a ministérios que já trabalhavam desde a década de 30. Nós entramos nisso na década de 90. Então, temos uma estrutura que está sendo montada. Temos caminhado muito aceleradamente.

A nossa preocupação permanente, Dr. Guilherme, é promover o monitoramento ambiental dos agrotóxicos, porque, no Brasil, se eu monitoro um solo no Rio Grande do Sul – a Senadora é do Rio Grande do Sul -, o comportamento é completamente diferente do solo que monitoro no Ceará, diferente de um solo que tenho de monitorar no Piauí. Então, eu tenho uma diferença de comportamentos de produtos dependendo do solo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª SÉRGIA DE SOUZA OLIVEIRA – Meu tempo acabou. Então, eu queria deixar para vocês a mensagem de que estamos sempre dispostos a atuar conjuntamente nesse ponto. É permanente a nossa preocupação com o monitoramento, com a necessidade de gerar informações sobre isso.

Coloco-me à disposição, no Departamento de Qualidade Ambiental do Ministério. Os senhores têm os meus contatos. Não tem dificuldade nenhuma. No *site* do Ministério, é muito fácil de me achar.

Senador, eu estou á disposição para qualquer esclarecimento, para qualquer ação que vocês tenham. Nós temos uma agenda química dentro desse departamento que é muito grande que, um dia, ainda vou ter oportunidade de mostrar para os senhores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos a sua presença e as suas colocações, Drª Sêrgia.

Passo a palavra agora à Drª Kênia Godoy, que é Coordenadora de Avaliação de Substâncias Químicas do Ibama. Peço desculpas por não estar aqui, na mesa, mas, hoje, os convidados, realmente, são todos muito importantes e temos de dividir um pouquinho. Muito obrigado pela compreensão, Drª Kênia.

A SRª KÊNIA GODOY – Bom dia a todos.

Vou apenas fazer uma complementação, porque a Sêrgia também é do Ministério do Meio Ambiente.



A competência de participar do registro de agrotóxicos é do Ministério do Meio Ambiente e esse trabalho é executado pelo Ibama. Então, o Ibama participa na parte de avaliação de produtos agrotóxicos, sempre com um enfoque – como já foi colocado, cada um tem a sua área de competência – na parte ambiental. Então, quando avaliamos um produto, queremos colocar todas as informações, para que o produto vá para o mercado com certa segurança com relação ao seu uso e para não haver a contaminação ambiental, justamente isso. Então avaliamos o produto em termos da sua persistência no meio ambiente, se ele pode alcançar algum lençol freático. Temos que conhecer a toxicidade dele em vários organismos não alvos. Então o nosso enfoque é a parte ambiental.

Quando se faz essa avaliação, se o produto não é impeditivo de registro, porque pode haver algum fator que impeça esse produto de ir para o comércio, o que fazemos? Colocamos recomendações em rótulo e bula. Então todo o nosso trabalho é colocado como recomendação para o usuário no rótulo e na bula do produto. É nesse momento que colocamos frases de advertência e chamamos a atenção para o perigo de uso indevido. Então explicamos ali qual é o uso correto, para que o agricultor realmente utilize o produto conforme aquelas recomendações e advertências.

Quando vocês falam em se fazer um programa único, existe também, na própria lei, a competência estadual. O Estado tem a competência também para verificar o uso devido ou não, se há desvio de uso. Então nós precisamos da parceria dos Estados em qualquer programa. É necessário que as informações sejam unificadas, porque temos que divulgar para o público, mas precisamos sim da parceria dos Estados em todos os momentos, porque eles são capazes de nos alertar sobre se está havendo uma contaminação maior tanto para a saúde humana quanto para o meio ambiente, se está havendo a contaminação de uma área, ainda mais neste Brasil imenso que nós temos. São eles que podem nos alertar para rever alguma avaliação, monitorar mais uma determinada área. Então devemos pensar que o Estado é nosso parceiro sempre.

E, só para complementar, nós precisamos, em grandes áreas de agricultura e até mesmo com pequenos agricultores, do acompanhamento do engenheiro agrônomo sempre, para indicar aquilo corretamente. Apesar de constar de rótulo e de bula, é preciso que haja o acompanhamento, a assistência técnica, a parte de educação para a aplicação desses produtos, para não haver um desvio. O objetivo do registro, da integração dos três órgãos é realmente mostrar ao público quais são os perigos que aquele produto tem. Se ele utilizar conforme as recomendações, não haverá contaminações, mas isso acontece, inclusive a utilização de produtos não recomendados. O nosso trabalho é para mostrar que você pode usar o produto. Ele é eficaz para a agricultura e não vai causar problemas para a saúde, ou até esse limite não teria



problema. E para o meio ambiente? Que recomendações se devem seguir para não causar um dano maior? Então deve haver um programa com informações integradas.

Essa é uma competência do Ministério da Agricultura e da Anvisa, essa parte de resíduos, o Ibama não é da nossa competência, mas, como fazemos parte do registro, devemos sempre alertar a população para o uso racional e correto desses produtos.

É essa a minha mensagem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Drª Kênia, pelas suas colocações.

Passo a palavra a Drª Karen Friedrich, Tecnologista em Saúde Pública da Fiocruz.

A SRª KAREN FRIEDRICH – Bom dia a todos.

Eu sou servidora da Fundação Oswaldo Cruz e pertenço ao quadro de uma das unidades técnico-científicas, o INCQS, que é o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde.

A Fiocruz possui unidades em todas as regiões do Brasil, inclusive no exterior, e nós participamos de diversas maneiras na área de estudos de agrotóxicos. Nós temos unidades que estudam as pragas, os vetores, a morfologia genética até desses vetores e também unidades que estão voltadas para informação, capacitação e educação de recursos humanos na área. Temos também unidades que desenvolvem materiais didáticos para trabalhadores, para agricultores. E nós temos também uma unidade, que é o INCQS, a qual eu pertenço, que dá suporte a toda a rede de laboratório de saúde pública. Então, nós fornecemos material de referência, capacitamos esses laboratórios e damos esse suporte, inclusive, a esses laboratórios que auxiliam a Anvisa.

A Fiocruz é uma instituição que tem mais de um século de tradição, então todo o conhecimento de nossos servidores, de nossos pesquisadores está voltado para a saúde pública. Nesse contexto, nós auxiliamos, também, dando parecer, avaliando documentos públicos, para dar suporte à saúde pública brasileira.

Nós temos estudado muito a questão dos agrotóxicos. Há grupos que avaliam, realizam estudos epidemiológicos, há a rede de atendimento laboratorial, e o que se tem identificado nas pesquisas ou na pesquisa que nós avaliamos é a gravidade, o aparecimento de efeitos crônicos. Temos também um sistema de informação para intoxicação. E o que nós temos identificado também, e acho que é do conhecimento de todos, é que os casos de intoxicação são até mais graves dos que são notificados no sistema de informação. Então, a grande maioria dos casos notificados é de intoxicação aguda, ou seja, aqueles que aparecem logo após a exposição, geralmente exposição de trabalhadores a grandes doses, elevadas doses. Mas, na verdade, tão perigosos quanto esses casos são os efeitos crônicos, aqueles que aparecem meses ou anos após a



exposição. Nesses efeitos crônicos, temos os efeitos sobre o sistema reprodutivo, a fertilidade, efeitos sobre o sistema cognitivo e motor, efeitos sobre o sistema hormonal, efeitos sobre o sistema imunológico, que é também bem preocupante, porque torna o indivíduo mais suscetível à infecção por bactérias via parasitas, porque muitas dessas populações estão expostas também, e também torna o indivíduo mais suscetível ao aparecimento de câncer, que também é um efeito crônico bastante grave associado à exposição de agrotóxico. E esses efeitos crônicos podem aparecer após a exposição de pequenas doses desses agrotóxicos que estão presentes em alimentos, na água que bebemos, e isso se torna muito preocupante também, porque, na verdade, toda a população brasileira está exposta, está suscetível ao aparecimento desses efeitos crônicos.

No nosso ponto de vista, o monitoramento dos alimentos é uma ação muito importante, mas, como sabemos, ainda não é perfeita. É preciso ampliar a capacitação laboratorial de todos os laboratórios da rede pública e também melhorar a ação de monitoramento dessas populações expostas. Então, identificadas as populações que estão expostas e têm níveis mais elevados nos alimentos, promover ações para monitorar a saúde, vigiar a saúde dessas populações expostas.

Portanto, a Fundação Oswaldo Cruz tem essas linhas de pesquisa que poderiam auxiliar. Já auxiliamos a ANVISA; temos um grupo que auxiliou na reavaliação toxicológica desses ingredientes ativos, esses últimos que estão em consulta pública. E aí nós temos o conhecimento, o saber e a tradição em saúde pública, podendo dar suporte a todas essas ações com o nosso conhecimento, até aumentando o escopo de estudos para diminuir os agravos decorrentes da exposição de agrotóxicos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Drª Karen.

Passo a palavra ao Dr. Alécio Maróstica, da Câmara de Insumos da Confederação Nacional da Agricultura, representando a CNA.

O SR. ALÉCIO MARÓSTICA – Bom dia.

Nós gostaríamos de trazer o assunto para uma decisão, porque o que nós vimos aqui, hoje, até agora, é o mesmo que a gente vem ouvido há muito tempo. Levanta-se o problema, daqui a alguns dias a Anvisa novamente vai fazer outro apanhado e novamente vai detectar que há produtos em desconformidade, produtos com excesso de agrotóxicos.

Eu acho que esse problema está na origem do receituário agrônomo. O receituário agrônomo foi montado para que o agrônomo seja responsável técnico pelo produto e não pela produção. Isso precisa mudar. Porque enquanto nós não tivermos alguém responsável pela produção que sai da propriedade nós vamos ter esse problema. E o que a Anvisa fez eu até agora não entendo aonde ela quis chegar com esse levantamento. Porque nós somos



produtores, no Município de Cristalina, de batatas, cenoura, pimentão, beterraba, tomate, ervilha, quiabo e fornecemos a uma gama de supermercados não só da região de Brasília, mas também lá em São Paulo. E quando a Anvisa coloca isso daí, e eu tenho certeza que lá se faz a agricultura com a melhor tecnologia, com a melhor responsabilidade técnica, todo mundo tem engenheiro agrônomo, quando ela faz aquilo e sai na televisão eu não sei quem ela quis atingir, porque nós que fizemos tudo coerente fomos atingidos, porque durante 15 dias você não vende nada, e aí perdemos tudo. Como é que fica? Ninguém vai nos pagar esse prejuízo. Quer dizer, quem faz direito paga a conta. E quem não faz direito não é penalizado. Então eu não sei aonde que ela quis chegar com isso.

Agora, se nós temos essa responsabilidade, lá tem responsável técnico em todas as propriedades, e tem propriedade que já faz sair de lá com código de barras e no dia que ele carregou caminhão de cenoura, caminhão de batata e aí ligam de lá: Não adianta trazer que nós não vamos ficar. O que é que nós fazemos com isso? Jogamos para o lixo. E aquilo é produto bom. Quer dizer, eu acho que a gente tem que tratar esses bons com um pouco mais de responsabilidade, porque aquilo que apareceu na televisão nos inclui no mesmo balaio. Então, tem de fazer essa distinção.

Nós somos pelo seguinte: o produto tem que sair da propriedade com responsabilidade técnica. E essa responsabilidade técnica tem que chegar à gôndola do supermercado, porque aí nós garantimos para o consumidor que ali atrás, se ele for buscar, tem alguém para responder. Não dessa maneira que é uma baderna. Responsabiliza-se pelo produto e não pela produção. Isso tudo tem que ser mudado, porque senão nós vamos estar em outra audiência aqui daqui a pouco com os mesmos problemas.

Outro detalhe que nós vemos aqui é que a grande maioria dos problemas que estão aqui não é por excesso de produto, é por desconformidade no uso de produto. Nós não vemos produtos recomendados para pequenas culturas faz muito tempo. E aí ou nós paramos de produzir, alguns produtores, ou nós vamos importar essa produção, porque não existe em algumas culturas número de produtos para aplicar suficiente para controlar as pragas que as atacam. E como é que fica? Só que esses produtos que são usados aqui são recomendados da seguinte maneira: eu recomendo para uma cultura, o agrônomo recomenda para uma cultura e ele usa cultura que está lá, e o agrônomo se safa disso. Se nós colocarmos a responsabilidade em cima do agrônomo, e a hora que tiver que responder perante a sociedade, ele que responde – da maneira que está ninguém responde – mas quando ele é responsável técnico pela produção, ele vai ter que responder e aí ele não vai recomendar esse produto.

Eu acho que nós temos que mudar essa visão de fazer as coisas e não ficarmos esperando aí que governo vai fazer assistência técnica de graça e



que um agrônomo dá assistência técnica governamental vai se responsabilizar por isso. Eu não vejo dessa maneira. Ou nós arrumamos uma responsabilidade técnica para isso e cobramos dessa responsabilidade técnica, para que a sociedade tenha certeza de que aquele produto tem um responsável técnico e está dentro daquilo que é mais pertinente à técnica para ele ter garantia de consumo, se não nós vamos estar sempre discutindo isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Dr. Alécio.

Passo a palavra agora ao Dr. Luiz Cláudio Meirelles, gerente-geral de toxicologia da Anvisa.

O SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES – Bom dia a todos.

Eu trouxe uma apresentação e já pedi para que ela fosse colocada. E em nome do presidente da Anvisa, Dr. Dirceu Barbano, e do nosso diretor-supervisor Dr. José Agenor, eu gostaria de cumprimentar aos Senadores, aos representantes da mesa e a todos os presentes nessa audiência pública.

Quero dizer que esse tema nos é muito caro. É uma oportunidade bastante importante estarmos aqui no Senado discutindo um programa dessa envergadura, porque em falas anteriores que a gente viu a gente sabe da carência que existe no País de programas de monitoramento. E os programas de monitoramento são uma ferramenta essencial para os tomadores de decisão e para os gestores públicos, porque sem dados a gente não consegue planejar o trabalho, amarrar diretrizes, estabelecer políticas que dêem conta dos problemas relacionados aqui aos agrotóxicos.

Informando ainda, a Anvisa trabalha na vertente da qualidade sanitária dos produtos, essa é a atribuição dela do ponto de vista institucional, garantido pela Constituição, pela Lei 8080, e por diversas outras legislações. Então ela é responsável por garantir a qualidade sanitária dos produtos que chegam à população, seja medicamentos, seja, no caso, alimentos, os contaminantes podem advir da manipulação desses produtos. E ela trabalha também com outros programas além do PARA que eu vou mencionar aqui. Nós temos um programa que é para produtos veterinários, para qualidade do frango, qualidade do leite que são tocados em outras gerências da casa para verificar a questão de contaminantes, bactérias e outros agentes que podem causar danos à saúde humana, e olhando sempre do ponto de vista sanitário.

Próximo.

Primeiro, falar do marco legal. Isso já é bem falado. Pela natureza dos agrotóxicos, os Estados nacionais, não só o Brasil, têm a obrigação de controlá-los, de avaliá-los e de controlá-los. São substâncias, na sua gênese, na origem, tóxicas e que podem representar riscos para a saúde humana, para o meio ambiente, podem gerar acumulação e, como foi colocado aqui pela Fiocruz, trazer, no longo prazo, uma série de problemas relacionados a ele. Daí a necessidade de avaliar. A Kênia também abordou muito bem isso, e esse é o



nosso papel dentro do governo, avaliar os produtos desde a sua eficácia até as questões ambientais que podem advir de muito longo prazo, não só de curto prazo.

E com relação à questão do monitoramento, também está estabelecido em lei, no Decreto nº 4074, que cabe aos órgãos de agricultura e saúde monitorar os resíduos de agrotóxicos em produtos de origem vegetal. Isso é uma competência legal estabelecida pelo legislador, que vem da lei, e no regulamento ela foi mantida, que é nossa obrigação fazer esse trabalho de monitoramento para conhecer a qualidade dos produtos e informar à sociedade e aos gestores o que deve ser feito, no caso de existir contaminação, como resolver o problema.

O Ministério da Agricultura tem trabalhado numa vertente maior dos produtos importados, que é uma atribuição deles, e a Anvisa daqueles produtos ofertados à população. Quer dizer, no último ponto imediatamente antes do consumo, que é a gôndola dos supermercados. E essa metodologia é internacionalmente adotada nos programas de monitoramento. Para você verificar a qualidade sanitária tem que ser no último ponto antes do consumo.

Próximo.

No regimento interno da ANVISA, essa competência também está esclarecida, que é fazer o monitoramento de resíduo de agrotóxico, componentes afins, drogas veterinárias e substâncias tóxicas aos alimentos. E também a Anvisa criou o programa em 2003. Ele foi iniciado com um projeto no ano de 2000; a partir daí, num trabalho com a Fundação Oswaldo Cruz, estabeleceram algumas bases. A gente estabeleceu então um programa e esse programa é trabalhado com os vários Estados do País como vou mostrar à frente. A RDC 119 cria o programa PARA (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos).

Próximo.

É importante situar também essa questão. Acho que já foi falado aqui. A Karen abordou bem e outros também colocaram. Onde é que está inserida essa questão? No campo das doenças crônicas não-transmissíveis. Por que monitorar agrotóxico? A Anvisa não deseja só dizer que o produto de ninguém está ruim, não é nossa meta. Ela deseja que a qualidade dos produtos que chegam à mesa dos brasileiros seja a melhor possível. Um alimento contaminado pode representar risco a longo prazo. Hoje, o Brasil vem sendo signatário de acordos internacionais, inclusive, no campo das doenças crônicas não-transmissíveis. As doenças crônicas têm um papel bastante importante nesse cenário. Daí a necessidade de controle. O PARA está aí inserido, no monitoramento de resíduos de agrotóxicos. Temos aí metais pesados, contaminantes, solventes e uma série de outros produtos que podem contaminar. Não só os alimentos, mas a água potável, a água de balneabilidade,



o solo, o ar e vários outros meios que podem expor a população, aumentando o risco de apresentarem doenças crônicas após uma série de anos de exposição.

A OMS já vê isso como um problema de saúde pública importante. Haverá um aumento do número de óbitos relacionados a essa tipo de agravo de 15% entre 2010 e 2020. Daí a necessidade de o setor de saúde pública atuar de forma bastante ativa nesse campo.

O PARA, rapidamente, foi iniciado em 2001, conforme falei. Tem esse objetivo de verificar a qualidade dos alimentos em relação à presença de agrotóxicos. Foi criado pela RDC. É desenvolvido pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que também foi estabelecido pela lei, e é coordenado em conjunto com os Estados. Não é uma coordenação exclusiva da Anvisa. Envolve, hoje, todos os Estados, o Distrito Federal e quatro laboratórios de saúde pública. É importante lembrar que monitorar agrotóxico é complexo e caro. Essa é uma atribuição específica de Estado, como falou a Kênia, ela nos lembrou. Aos Estados cabe monitorar o uso, só que os Estados não teriam condições de fazer isso. Então, os Estados, através de reuniões no Conselho Nacional de Saúde, nas Câmaras Técnicas de vigilância sanitária, resolveram se reunir para desenvolver esse trabalho em conjunto, agregar esforços e otimizar custos. Hoje, envolve 150 servidores estaduais e os federais, que estão na Anvisa. Quarenta milhões de investimentos foram colocados até agora no programa. É um valor bastante reduzido se pensarmos que o mercado de agrotóxicos, hoje, no Brasil, envolve US\$8,1 bilhões. Isso vai dar quase R\$15 bilhões. A gente já conseguiu analisar 14.712 amostras entre 2002 e 2010. Os R\$40 milhões são nesse período todo de 12 anos que o programa vem trabalhando com uma série de atividades e estruturando os laboratórios, inclusive para darem conta dessa atividade.

Próximo.

Como está aí é em todos os Estados. Esses são os laboratórios que hoje dão suporte ao País inteiro. É o de Minas Gerais, o do Paraná, o Laboratório de Saúde Pública do Rio Grande do Sul e de Goiás. São laboratórios com capacidade instalada para fazer esse tipo de análise, coisa que nós não tínhamos há dez anos. Toda a questão da análise e de resíduos de agrotóxicos estava concentrada na área acadêmica, com trabalhos publicados isoladamente. Não será um serviço ofertado regulamente à população e para os gestores para que eles soubessem como reagir diante dos problemas aí colocados.

Esse programa, então, tem fornecido subsídios na decisão dos registros de agrotóxicos – já que a gente tem alguns produtos que têm sido muito encontrados e que são problemáticos para a saúde. Tem promovido mudanças no serviço de saúde, auxiliado na prevenção dos agravos. O Inca, hoje, está trabalhando com a gente, está fechando uma cooperação. Estão entendendo o agrotóxico como um dos fatores de aumento do número de casos



de câncer. Restrição e banimento dos agrotóxicos perigosos, o programa também subsidia essa informação, estruturação de rede laboratorial, ferramentas informatizadas. Hoje temos ferramentas informatizadas ligando todos os Estados, ações de capacitação, articulação entre os órgãos de Governo. Aí sim, pela fala que a gente ouviu da CNA e de outros órgãos, esses dados são feitos por laboratórios qualificados. Esses têm de ser apropriados por outros setores para que possam, sim, desenvolver ações dentro de suas áreas de competências. Essa é a importância do trabalho. Não queremos causar problemas. Estamos dizendo aqui: temos um problema e toda a cadeia produtiva tem de ser reorganizada. A gente tem, como citou o Sr. Alécio, de acabar com essa baderna de que existem muitos problemas na área de produção por conta desse entendimento do papel da receita agrônômica. A articulação entre esses atores federais e a produção de documentos de pesquisa. O volume de pesquisas e de outros documentos gerados aumentou bastante com a divulgação dos resultados do PARA. Os cientistas estão, também, tendo dados e informações para agirem nesse campo.

Próximo.

Vou pedir para você passar lá para a última, para a penúltima. Esse tema estava colocado aí na pauta, mas vi que aqui no anúncio só ficou a questão do PARA. Pode passar, por favor. A penúltima.

Então, temos alguns desafios. Vou pedir também licença para passar um pouquinho do tempo. Vou falar do aporte de recursos permanentes para o programa, principalmente garantindo essa capacidade analítica de transporte de amostras, o fortalecimento da articulação entre esses órgãos para que essa questão da extensão rural seja melhor estabelecida, que a gente diminua essas irregularidades encontradas que ficam hoje, na média, em 30%. É preciso ampliar a amostragem. A amostragem é, hoje, somente de 20 alimentos. Também estender um número maior de ativos para a água potável. Como a Daniela falou aqui dão 518. Ela está com um número de 22 ativos. Hoje, no PARA, a gente monitora 220 ativos, dos 430 que temos registrados no País. O aumento da rastreabilidade de amostras. É preciso conhecer esse fluxo, poder voltar ao produtor e orientá-lo adequadamente.

O PARA não trabalha com análise fiscal, ele não pune nem o setor varejista nem os agricultores. O PARA tem trabalhado com análise e orientação, justamente, para permitir que as instituições e os órgãos se articulem e construam uma estratégia de reduzir esses impactos que temos encontrado, melhorando a qualidade da produção no campo.

Vou parar por aqui. Deixo a Anvisa à disposição. Essa informação está com muitos detalhes em nosso *site*. Também poderemos fornecer ao Senado Federal dados mais restritos, para o caso de necessidade dessas informações.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Luiz.

Concedo a palavra, agora, ao Cléber Folgado, Secretário-Geral da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida.

O SR. CLÉBER FOLGADO – Bom dia a todos!

Pode colocar a apresentação. Trouxe uma apresentação também.

Gostaria de cumprimentar a mesa e todos aqueles que se fazem presentes na pessoa do Senador Acir Gurgacz, que é meu conterrâneo do Estado de Rondônia. Gostaria de mencionar, também, de onde vou fazer minha apresentação, como sociedade civil organizada, como camponês criado usando muito veneno, não pela necessidade, mas pela imposição que os técnicos nos fizeram naquele momento, a partir de promessas de aumento de produtividade, de melhora nas condições de produção, o que de fato não foram reais. A gente teve a necessidade de partir para outro processo de transição e adotar outro modelo.

A gente queria, primeiro, contextualizar com elementos necessários para saber em que chão a gente está pisando. Desde 2008, ter o Brasil como o maior consumidor de agrotóxicos nos faz pensar que esse problema não é mais um problema relacionado só à agricultura. Tornou-se um problema de saúde pública, como bem mencionado. O Inca tem trazido esses dados para a gente dessa grande possibilidade de relação entre os resíduos de agrotóxico e as incidências de câncer. Os últimos dados apresentados são absurdos. Estima-se em um milhão de pessoas com câncer nos próximos anos – 40% delas vão morrer, vão a óbito. São dados divulgados pelo Inca. Estamos falando de 400 mil pessoas. É muita gente que vai morrer pela irresponsabilidade, muitas vezes, da condução, do modelo e do processo de produção. Então, nesse sentido há alguns dados sobre os quais também estamos cansados de ouvir sobre a produtividade. O Brasil é um País agrícola, enfim. Nós, com apenas 5% da área cultivada, entre os 20 maiores países agrícolas do mundo, consumimos 20% da produção de agrotóxicos. É importante a gente ter esses dados em conta quando vai tratar da produtividade e da questão do uso de agrotóxicos.

Próximo, por favor.

Então, há o dado do um bilhão, de 5,2 litros de agrotóxico por pessoa. O que movimenta esse mercado? Na mão de quem está colocado? O Luiz Cláudio acaba de dizer que esse mercado movimenta mais de 8 bilhões. Tudo isso para a gente ter em conta qual o chão em que estamos pisando.

Próximo, por favor.

Vamos nos centrar um pouco no PARA, sobre o qual a gente gostaria de falar muito. Gostaríamos de nos centrar nele partindo de uma questão que os representantes da CNA trouxeram e que a gente acha que é importante. Ele coloca na fala dele que estamos enjoados de participar desses



espaços em que o debate vem e que devemos de fato resolver o problema e que temos de partir da origem do problema. Agora, parece-me que a análise dele de origem do problema está extremamente equivocada. A origem do problema está na revolução verde, quando os restos da II Guerra Mundial, para salvar o capital das empresas, são adaptados para a agricultura, mas não para fazer o que se tinha prometido, que era acabar com a fome no mundo, e os dados hoje, da própria FAO, trazem mais de um bilhão de pessoas passando fome, ou seja, um em cada sete habitantes deste Planeta. Aquela promessa velha não foi resolvida. O que foi resolvido foi o problema das empresas naquele período, o que vemos ainda pelos dados econômicos hoje. Então, é importante partimos da premissa real, não partir de uma origem falsa, equivocada, manipulada, para poder ganhar a opinião pública.

Próximo, por favor.

Na nossa avaliação, o PARA tem sido um instrumento extremamente importante. É um instrumento antigo, mas que no último período tem ganhado visibilidade porque a sociedade, no seu conjunto, tem conseguido pautar também o tema dos agrotóxicos em função da problemática gerada, ou seja, em função da problemática que a gente tem hoje, do aumento do índice de casos de doenças crônicas e da incidência também das agudas, que é muito grande entre os camponeses. Como camponês, posso dizer isso porque conheço muita gente que se intoxica em função do uso de agrotóxico, até usando o IPI, usando tudo aquilo que está previsto. Então, para dizer que, necessariamente, o que a gente coloca, que está na lei, que a gente deve cumprir e que vai impedir as contaminações, também não é tão real. Se a gente pegar os dados colocados hoje pela Organização Mundial do Comércio, para cada caso registrado temos cerca de 50 casos que não são notificados. Então, esses dados de pessoas que estão sendo expostas a agrotóxico ou que estão sendo contaminadas, intoxicadas, são maiores do que os que a gente conhece.

Próximo, por favor.

A gente olhou, para trás, algumas coisas em relação à irregularidade. Pode colocar no próximo. O que a gente tem olhado é que, em relação à irregularidade, tem dois problemas grandes colocados. Um deles é o uso abusivo de fato, ou seja, que extrapola os limites permitidos, mas outro que está relacionado também ao uso de agrotóxicos não permitidos no País. Isso entra de forma ilegal no País. Infelizmente, o Brasil está se tornando a maior lixeira tóxica do mundo, até porque, em alguns países de origem das empresas que operam no País hoje esses agrotóxicos não são permitidos lá e a gente segue consumindo esses agrotóxicos aqui. E aí a lista de reavaliação que o PARA coloca dos 14 ingredientes ativos, que estão em processo de reavaliação desde 2008, traz presentes alguns daqueles que, justamente, estão em processo de reavaliação porque, em seus países de origem, já está comprovada



a sua relação com problemas relacionados à saúde. E aí a gente traz muito a questão da produtividade, enfim.

Pergunto: o organismo humano sofre tanta diferença? Na produtividade falamos que somos um país de clima tropical. Agora, o organismo do ser humano se diferencia tanto de região para região? Não. Então, assim como as pessoas estão expostas nos seus países, correndo perigo de saúde, o povo brasileiro também corre perigo e precisamos dar um passo para cuidar disso.

Próximo, por favor.

Pode seguir. Queríamos colocar um pouco em relação ao que colocamos como problema no PARA, que tem como principal problema o fato de que a lista dele, de alimentos, é pequena. Precisamos, inclusive, ampliar essa lista. A companheira que me antecedeu colocou bem que a gente também tem problemas do ponto de vista da análise laboratorial, tem uma carência disso. Isso ocorre por falta de investimento. Então, quando a gente fala de resolver o problema não é tentando amenizar a situação dos agrotóxicos, mas, sim, partir para um novo modelo de agricultura, que já é possível, cientificamente provado. Então, para dar mais um passo, colocamos que precisamos de novos laboratórios com condições. Ali, se não me engano, apresentaram quatro ou cinco, o que é um absurdo! Um País como este, com essa gama de movimentação econômica no setor do agronegócio e com todos esses impactos na saúde, a gente só tem essa quantidade de laboratórios em condições para fazer as análises.

Próximo, por favor.

Se a gente comparar um pouco os técnicos, precisamos avançar no corpo técnico para dar conta disso. Juntando, temos 46 técnicos hoje para dar conta disso. Nos Estados Unidos, na agência reguladora, são 850, que é o segundo no *ranking* de maior consumidor. Então, a gente pode olhar também essa disparidade colocada e tratar com responsabilidade essa questão.

Próximo.

Na nossa avaliação como organização, como campanha, precisamos garantir a reavaliação periódica dos agrotóxicos como algo obrigatório. Se para remédio neste País a gente tem de, a cada cinco anos, fazer uma reavaliação, por que para veneno, que mata, a gente não tem de estabelecer um processo de reavaliação obrigatoriamente? E que esse custo seja pago pelas empresas, que lucram muito hoje e pagam pouco.

Próximo, por favor.

No caso do registro, na nossa avaliação, precisamos ser mais rigorosos com o registro, rigorosos do ponto de vista da análise da liberação desses produtos e do ponto de vista econômico.

Próximo.



E aí queria fazer uma nova comparação. Veja o que temos nos Estados Unidos hoje em termos de custos para um novo ingrediente ativo: US\$630 mil. No Brasil, isso varia entre US\$53 e US\$1 mil para registrar um novo ingrediente. Uma taxa de manutenção lá é de US\$100 a US\$425 por produto; aqui é isento. Para avaliação de ingrediente ativo lá é de US\$150 mil; aqui é isento.

Próximo.

Só para concluir, na nossa avaliação, devemos avançar no investimento para registro, inclusive apostando em insumos alternativos. Estudei em escola pública e, infelizmente, neste País, também temos um problema, e é isso o que a gente coloca: dinheiro para corrupção sobra, mas para investimento na população brasileira está faltando. Então, estudei em escola pública que, infelizmente, tem uma qualidade de ensino deficitária em função dos Srs. Senadores, Deputados e outros não poderem priorizar a educação deste País.

Só para concluir, já passei do meu tempo, queria pedir licença ao Sr. Senador para dizer que nós, como campanha, estamos exigindo algumas questões. Primeiro, o banimento imediato de produtos já proibidos. Então, esses produtos proibidos lá fora precisam ser banidos aqui por causa do impacto que eles provocam à saúde – e aí tem uma lista.

Próximo.

Outro elemento que colocamos é o fim da pulverização aérea. Por mais que exista lei que determine como isso deve ser feito, isso não se aplica na prática. Quem conhece o campo brasileiro sabe muito bem que, na prática, isso não se aplica. A gente trouxe a lei, várias questões que, se quisermos, podemos debater depois.

Próximo, por favor.

Próximo.

Para concluir, dizer que, com relação à questão da isenção fiscal, as empresas ganham muito e pagam pouco. Há vários decretos e convênios como esse, que isenta do pagamento de ICMS até 60% das empresas, e isso pode chegar a 100% a partir dos Estados, como já fez o Estado do Ceará. Então, o que gente está querendo trazer para a preocupação das Senhoras e dos Senhores Senadores é que a sociedade brasileira é quem tem pagado pela irresponsabilidade do atual modelo de agricultura adotado no País e que temos, sim, alternativas. Como diz, inclusive, o relatório apresentado em dezembro de 2010, pelo relator especial da ONU para alimentação, a agroecologia tem condições de produzir em quantidade e qualidade para abastecer a população mundial. Então, a gente tem de deixar de se enganar por esses falsos argumentos, ir à origem do problema e não tentar remediá-lo. Ir à origem do problema significa pensar em desenvolvimento com responsabilidade social, que é o que o povo brasileiro precisa. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço a presença do Cléber.

Passo a palavra agora ao Dr. Leandro Diamantino Feijó, coordenador de resíduos e contaminantes da Secretaria de Defesa Agropecuária.

O SR. LEANDRO DIAMANTINO FEIJÓ – Bom dia a todos.

Também gostaria, por gentileza, que a apresentação fosse colocada.

Nesses dez minutos, gostaria de pontuar a nossa discussão em dois pontos. O primeiro, onde vou colocar para os Senhores as ações que são adotadas pelo Ministério da Agricultura no tocante ao controle de resíduos e contaminantes. No segundo ponto, eu gostaria de colocar algumas questões para reflexão.

Como já foi bem colocado para todos os colegas, precisamos, a partir de agora, adotar, instituir novos procedimentos para que, no futuro, numa próxima sessão, a gente não gaste o tempo novamente levantando questões antigas, e eu gostaria de trazer para discussão com os Senhores.

Próximo, por favor.

Então, no plano de controle de resíduos e contaminantes, o Ministério da Agricultura instituiu um programa que visa a monitorar o grau de exposição da produção brasileira frente aos resíduos de agrotóxicos, de contaminantes ambientais.

Próximo, por favor.

Na reestruturação do Ministério da Agricultura, em 2005, foi criada a Coordenação de Resíduos e Contaminantes, que é responsável, na nossa Secretaria de Defesa Agropecuária, por coordenar as ações desse controle em todo o País.

Próximo, por favor.

Daí a identidade visual do nosso Programa, que é o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, que trabalha tanto a monitoria em produtos de origem animal, de produtos de uso veterinário, como na área vegetal também de resíduos de agrotóxicos e contaminantes ambientais.

Próximo, por favor.

Dessa forma, o Programa teve início no ano de 2008, de fato, e foi estruturada uma estratégia para a inclusão de produtos e para a expansão dos mesmos, levando em consideração, em primeiro ponto, os principais produtos que fazem parte da dieta do consumidor, da população brasileira, o que é importante na pauta de exportação em relação ao agronegócio internacional.

Próximo, por favor.

Só para mostrar aos Senhores a cronologia do processo, a base legal do Programa no Ministério foi instituída no ano de 2008 pela Instrução



Normativa 42, e ano a ano nós publicamos o Ato Legal que oficializa perante a sociedade brasileira e aos parceiros comerciais do Brasil quais são as atividades que o Governo, o Ministério da Agricultura está adotando frente ao controle de agrotóxicos. Este ano estamos trabalhando com o ano safra 2011/2012, que finaliza no mês de junho, cujo instrumento legal que oficializa esse trabalho é a Instrução Normativa nº 25, de 2011.

Próximo, por favor.

Como esse programa funciona? Qual é o objetivo? Gerar informações. Eu quero tirar uma fotografia, um Raio-X do processo para verificar se esse agrotóxico, se esse contaminante ambiental está presente ou não na amostra a ser coletada. Então, não tenho aqui nenhuma predisposição para tomar qualquer ação regulatória, quero somente verificar o que está acontecendo. Então, eu tenho uma amostragem aleatória. Como essa amostragem é realizada, considerando a dimensão do nosso País? Temos um acordo hoje firmado com a Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo), um dos maiores centros de distribuição de alimentos do mundo, e lá se recebem produtos de todo o País, inclusive de produtos importados. Então, lá é um local importante de coleta de amostras. Também coletamos amostras em estabelecimentos, beneficiadores como as *packing houses* e agora estamos num processo amplo de discussão em vários Estados para que se faça um acordo entre o Ministério da Agricultura e as demais Centrais de Abastecimento, para que, de forma geral, possamos cobrir toda a produção de alimentos e dos principais centros de distribuição de alimentos do País.

Próximo.

Uma vez detectada uma não-conformidade, existem as ações que são determinadas pelo Programa que seria o que nos chamamos do subprograma de investigação. Então, a partir de uma não-conformidade, nós vamos a campo para verificar quais foram as possíveis causas que levaram àquela não-conformidade. Então, existe todo um procedimento oficial que é adotado para que essa não-conformidade seja investigada, levantada e para que ações possam ser tomadas no âmbito do Governo e no das indústrias para mitigar a ocorrência de novas não-conformidades.

Próximo, por favor.

Então, daí, nós partimos de princípios básicos do processo. São amostras oficiais. São amostras coletadas por funcionários do Ministério da Agricultura. Cem por cento das amostras são rastreadas até o produtor. Então, como foi bem abordado e creio que vai ser o ponto de discussão final das minhas colocações, o Ministério da Agricultura e a Anvisa possuem programas que não têm que ser iguais de fato. Eles são complementares. Cada um logicamente na sua égide de ação. Mas nós temos que pensar daqui para frente como nós podemos melhorar esse processo. Não adianta eu ter o maior número



de laboratórios, aumentar o número de culturas a serem monitoradas se a base conceitual de como trabalhar esses resultados não-conformes, se essa base não estiver estruturada. E isso vai ser fato da minha explanação logo à frente. E logicamente nós trabalhamos com laboratórios do Governo, laboratórios nacionais agropecuários e laboratórios que são credenciados pelo Mapa, ambos acreditados pelo Inmetro na ISO 17025.

Próximo.

Então, todo o arcabouço legal do programa de resíduos do Mapa é pautado nas principais referências internacionais – chamo a atenção para o Codex Alimentarius, que se constitui como a base conceitual de todo o processo.

Próximo.

Daí nós temos o plano de amostragem. Nós utilizamos um plano de amostragem recomendado pelo Codex Alimentarius na determinação de amostras a serem coletadas.

Próximo.

E, para a rede laboratorial, como é um ponto que foi bem colocado, é um gargalo, sim, porque se demanda muito investimento. Não é barato a estruturação de uma rede laboratorial para pesquisa de resíduos.

Próximo.

Daí nós trabalhamos hoje com – o que posso falar para os senhores – o estado de arte de tecnologia para pesquisa de resíduos. Então, tanto a agricultura como a Anvisa já bem colocou, nós temos hoje no Brasil o que existe de mais moderno na pesquisa de resíduos e, no caso do Ministério da Agricultura, nós investimos desde 2005 mais de R\$50 milhões na estruturação dos nossos laboratórios para a pesquisa de resíduos e contaminantes.

Próximo.

Temos aí hoje a distribuição dos laboratórios. Hoje temos o Lanagro, em Minas Gerais, e dois laboratórios privados - o Bioensaios, no Rio Grande do Sul, e o Itep, em Recife, que nos dão hoje o aporte laboratorial.

Próximo.

Aqui temos os resultados do nosso programa que, de forma geral, coadunam-se com os achados do Programa PARA. Nós temos aí alface, o morango, o pimentão. Então, a questão da minor crops – o meu colega Luiz Rangel vai poder colocar muito bem a situação – por que essa situação persiste? Isso foi muito bem colocado pelo Alécio. Então, nós temos que refletir essas questões.

Próximo.

Daí nós também monitoramos, além da pesquisa de agrotóxico, a pesquisa das micotoxinas, as afloxinas, que eu considero também um risco muito grande para a produção vegetal no Brasil. Então, a gente não pode tão somente focar os nossos esforços em resíduos de agrotóxicos. Eles são



importantes sem dúvida nenhuma, mas nós temos que partir para uma sintonia – acredito – mais fina, também monitorando outros perigos químicos que podem expor a nossa população ao risco. Também fazemos a pesquisa de salmonela na pimenta do reino.

Próximo.

Este ano nós trabalhamos com 23 produtos, 23 culturas, como os senhores podem ver. Este ano/safra, nós vamos coletar mais de duas mil amostras e agora, no mês de julho, o ano/safra 2012/2013 vai ser desenhado com provável inclusão de novas culturas no monitoramento do PNCRC vegetal do Ministério da Agricultura.

Próximo.

Agora vem uma questão importante que a gente coloca aqui e sobre a qual temos que começar a refletir. Nós estamos, nos nossos programas, gerando dados, mas até quando esses dados têm sido trabalhados e transformados em informação, para que, de fato, o problema seja resolvido? Então, por exemplo, no Estado de São Paulo, nós tabulamos os dados, os achados de resíduos de agrotóxicos em alface. Então, onde é que está o problema? Eu não posso dizer simplesmente: “A alface do Estado de São Paulo está contaminada, está com problema”. Onde no Estado de São Paulo, por exemplo, isso pode estar acontecendo? Então, dessa forma, trabalhando os meus dados, transformando-os em informação, gero inteligência para o meu processo. E eu posso dizer de forma muito tranquila e clara para os senhores: está faltando esse trabalho ser realizado de fato pelas nossas instituições, pelo Ministério, pelos próprios colegas da Anvisa, os demais parceiros que trabalham nesse monitoramento. Como nós podemos aprimorar os nossos processos? Creio que é isto que temos que discutir aqui. Senão, todo ano, vamos nos sentar aqui para expor as não-conformidades. E o que de fato está sendo feito para realizar, para resolver esse problema?

Próximo.

Então nós temos que trabalhar de forma muito clara, primeiro, estabelecendo uma base conceitual para trabalhar esses dados aqui no Brasil. Daí venho trazer-lhes uma novidade muito importante, um projeto liderado pela Embrapa por todas as unidades que visa à instituição de uma plataforma nacional de análise de risco, o chamado Projeto Renara. Ele vai ser, dentro dos próximos meses, discutido de forma definitiva aqui na Embrapa e está para ser classificado como Macroprojeto I, ou seja, grandes desafios nacionais em que o Ministério, a Anvisa, o Ministério do Meio Ambiente, as universidades, todos os esforços vão ser unidos em prol de estruturar uma plataforma de análise de risco brasileira, genuína.

A partir desse ponto, eu acredito que nós vamos gerar inteligência aqui no Brasil para, de fato, resolver esse problema. Então, nós precisamos de um banco de dados que seja fidedigno, crível, para que os nossos avaliadores



de risco... Quem são os avaliadores de risco? É a Anvisa? É o Ministério? Lógico que não. São os pesquisadores. São os professores que estão nas universidades, nas Embrapas, nos centros de pesquisa. Essas pessoas é que vão trabalhar os dados. E aí nós temos que partir para uma nova abordagem no momento de fazer uma comunicação do risco. Nós estamos fazendo uma comunicação do risco no Brasil? Talvez não. Existe ciência para poder fazer comunicação do risco. Se eu tenho uma alface com resíduo de um agrotóxico X na gôndola do supermercado aqui em Brasília, qual é o risco dessa alface com esse agrotóxico nos níveis detectados? Pode ser que não seja risco. Eu ultrapassei a ingestão de área admissível, que é a ida, para eu poder dizer isto é risco? Não sabemos. Então, nós precisamos trabalhar esses dados, cruzar os bancos de dados dessas instituições do Mapa, da Anvisa. E o Projeto Renara visa a isso. Semana passada, estivemos com os colegas da Anvisa e demais parceiros na mesma mesa.

Agora, sim, isso para mim – vou pedir só mais um minuto para finalizar – vai permitir, de fato, que as instituições possam trabalhar em conjunto. Não dá para o Ministério da Agricultura trabalhar por um lado, a Anvisa trabalhar para o outro e os demais órgãos cada um na sua caixinha. Nós temos que trabalhar em conjunto. Eu já tive várias reuniões, Senador, no Ministério da Agricultura, uma vez até com intermediação da Casa Civil. Vocês precisam trabalhar juntos. E, de fato, isso está acontecendo? Digo aos senhores: Não está acontecendo. Nós não estamos cumprindo com o nosso objetivo final, que é trabalhar em conjunto para que, no final, se tenha a garantia do alimento seguro na mesa do consumidor brasileiro e que possa também nos dar garantias para o agronegócio internacional. Somente trabalhando em conjunto é que nós vamos conseguir fazer isso, Senadores, demais colegas aqui presentes. E isso, de fato, tem que acontecer. Não dá mais para ficar com palavras bonitas nos microfones. Em todos os locais do Brasil, de fato, a gente tem que sentar junto, e vejo agora, no Renara, com a Embrapa e os demais parceiros, é a primeira vez na história que as instituições vão trabalhar juntas com o intuito de resolver o problema.

Educação sanitária, por fim. Não se faz educação sanitária fazendo churrasco, fazendo dia de campo, entregando boné, bota, folheto. Existe ciência para fazer educação sanitária. Qual é o nível de letramento do meu público-alvo? Não adianta eu chegar aqui com um folheto bonito para entregar aos senhores: “Tomem cuidado. Leiam a bula”. Será que o produtor rural sabe o que significa bula? Existe, então, ciência. Os próprios colegas da Embrapa já mostraram isso. Então, nós temos que trabalhar os diversos órgãos para que o resultado final seja alcançado e nós, no Governo, possamos atingir o nosso objetivo, que é garantir a qualidade do alimento para a população brasileira. Sem isso, Srs. Senadores, demais colegas, não vejo futuro. Ano que vem, vamos estar assentados mais uma vez aqui.



Coloco-me à disposição posteriormente para demais esclarecimentos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Leandro.

Passo a palavra ao Dr. Luís Eduardo Rangel, Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura.

O SR. LUÍS EDUARDO RANGEL – Obrigado, Senador, pela oportunidade. Mais uma vez estamos aqui nesta Casa. É uma honra estar aqui com o Senador Moka e o senhor, que são especialistas nessa área de agronegócio. Então, entendem bem as dificuldades do produtor e também essas polêmicas envolvidas nesse processo.

Eu penso que a apresentação do Leandro, como Ministério da Agricultura, foi muito bem feita. Creio que ele abordou um aspecto técnico muito profundo. Mas eu, por ser o último a fazer minhas ponderações, tenho a vantagem de poder pinçar alguns itens que foram expostos nas apresentações dos colegas e tentar entender qual o rumo que podemos tomar como Governo nesse cenário de defensivos agrícolas ou agrotóxicos nos alimentos.

Ficou muito evidente que nós estamos aqui mais uma vez. Não é a primeira vez que estamos em audiência pública e não é a primeira vez que estamos em audiência pública para falar do Programa de Análise de Resíduos. E eu acredito que, depois de expostos todos os itens pelos diversos colegas, o problema não é o Programa de Resíduos. Não existe problema nenhum com a metodologia que a Anvisa vem adotando. Não existe problema nenhum com a metodologia que o Ministério da Agricultura vem adotando, até porque os resultados, no final do dia, acabam atingindo o mesmo objetivo. O que fica claro é que existe uma falha governamental – isso é uma obrigação do Governo – na comunicação dos resultados desses programas, tanto por parte do Ministério da Agricultura quanto por parte do Ministério da Saúde.

É obrigação do Governo e a gente tem visto isso ao redor do mundo. Vários são os programas de monitoramento feitos nos moldes que o Brasil faz, inspirado no modelo do Codex Alimentarius. E nós não vemos essa polêmica ser discutida em nenhum país do mundo, mesmo na Europa, por exemplo, onde os programas de monitoramento acontecem até há mais tempo do que no Brasil. Então, é realmente uma obrigação e os outros países vêm trabalhando, como a Drª Sêrgia disse muito bem. Quer dizer, é importante inserir o Brasil nessa questão governamental, legislativa no âmbito dos países desenvolvidos. Nós não somos uma das maiores economias do mundo só por causa da pujança da agricultura. É todo um processo de desenvolvimento governamental que nos traz esse nível. Então, é obrigação do Governo fazer também a gestão pública, as políticas públicas adequadas para esse processo.



E o Leandro disse muito bem: não existe efetividade no nosso trabalho. A gente tem discutido, divulgado informações há quase dez anos. Somando os dois programas, já gastamos quase R\$100 milhões em dez anos. E quanto foi gasto, por exemplo, no processo de educação sanitária? Quanto foi gasto no processo de fiscalização do uso?

Eu posso dizer aos senhores que quem faz isso lá no Ministério da Agricultura sou eu. E nós não gastamos, nestes últimos dez anos, mais do que R\$2 milhões na ajuda aos Estados para fazerem o que tem que ser feito: a fiscalização do uso, a fiscalização do comércio dessas substâncias.

O Dr. Alécio colocou muito apropriadamente que nós participamos da Câmara Temática de Insumos e vimos discutindo questões como: por que o sistema, tão bem elaborado, tão bem planejado para que funcionasse, como, por exemplo, o receituário médico, não funciona no receituário agrônomo? Nós identificamos os problemas e as soluções estão colocadas ali. Agora precisamos tomar as providências para que isso seja mitigado nesse projeto.

Fica muito claro dentro dos programas de monitoramento que o que falta não é somente o aporte a novas estruturas, mais laboratórios. É óbvio que isso é importante, mas o que falta são, de fato, políticas públicas com o objetivo de dar efetividade a esse trabalho. Por exemplo: em 2010, nós finalmente conseguimos aprovar uma instrução normativa entre os Ministérios, a instrução normativa de pequenas culturas, de culturas de suporte fitossanitárias insuficientes, que, no nosso entendimento, era, de fato, a política pública mais adequada para corrigir a maior das idiossincrasias apresentadas em todos os programas de monitoramento: o aparecimento de resíduos de agrotóxicos em produtos que não tinham registro para aquelas substâncias, não estavam indicados em bula. Isso é um paradoxo regulatório. Não é uma questão simplesmente de agronomia, mas um paradoxo regulatório, porque nós temos as informações dentro do Governo – seja na Anvisa, seja no Ibama, seja no Ministério da Agricultura – sobre o espaço de segurança que existe para o uso dessas substâncias.

O que nos surpreendeu é que essa situação não só é brasileira. Nós temos essa situação no mundo inteiro. E nós tivemos oportunidade de estar, em fevereiro deste ano, em Roma, numa discussão internacional sobre a questão desses *minor crops* e foi ressaltado, Senador – eu queria até dizer isso aqui com muito orgulho –, que o Brasil foi o País que mais avançou, nos últimos cinco anos, nessa questão dos *minor crops*, mas não foi suficiente, porque, de novo, no último resultado de monitoramento tanto do Ministério quanto da Anvisa, nós identificamos culturas com suporte fitossanitário insuficiente, com identificação de produtos não autorizados para aquilo. Não basta simplesmente fazer uma política de fiscalização e obrigar o agricultor a não utilizar o produto de que precisa para controlar as pragas na lavoura. O importante é fazer uma



política mais complexa e séria para que a gente possa atingir os nossos objetivos.

Ficou muito claro, e eu gostaria até de discordar de alguns colegas e concordar com outros – eu queria concordar aqui com a Drª Sérgia –, que é fundamental a múltipla visão de saúde, agricultura e meio ambiente com relação aos agrotóxicos. Isso é fundamental. Foi um avanço que nós tivemos, nos últimos vinte anos, incrível, porque pudemos, nós do Ministério da Agricultura, calçar os sapatos tanto da saúde quanto do Ministério do Meio Ambiente em alguns casos e entender quais eram as preocupações desses órgãos e vice-versa. Em muitos casos, a gente observou que tanto o Ministério do Meio Ambiente quanto o da Saúde entendiam qual era a política que o Ministério da Agricultura tinha que traçar em alguns momentos. Isso foi muito interessante.

Agora, eu tenho que discordar da Daniela, porque é uma obrigação do Governo fazer uma gestão mais razoável desses projetos. Apesar de existirem competências específicas, não faz sentido gastar US\$50 milhões em um programa e US\$46 milhões em outro que teoricamente vão convergir para o mesmo lugar, sabendo que existem outras áreas que não têm investimentos mínimos para poder corrigir o problema e dar à sociedade o resultado que ela espera, que é a mitigação de riscos, que é a fiscalização mais efetiva, que é, talvez, a migração para um sistema produtivo diferenciado, o que o Ministério da Agricultura também apoia e fomenta, que é a agricultura agroecológica. Então, essas políticas têm que estar integradas.

Infelizmente, nós não temos no Brasil – e o Leandro colocou isso até com uma ênfase maior do que estou fazendo agora – algo que é preciso: a efetividade no trabalho que a gente faz. Nós temos nos esforçado muito para gerar informações, não temos conseguido ser competentes para comunicar essas informações de maneira científica, razoável e com foco, assim somos vítimas de interpretações político-ideológicas desses resultados por diversos segmentos, porque os dados colocados de maneira superficial dão essa margem de interpretação tanto para quem é a favor, quanto para quem é contra. Então o governo é irresponsável ao colocar dessa forma, pois ele tem a obrigação de dar a interpretação científica e de segurança para aqueles dados ou não. Quer dizer, é o momento de dar alerta para a sociedade com relação às identificações que foram feitas? Ou não? Essa é uma obrigação do governo, e que não estamos fazendo. E o pior: não temos feito políticas efetivas para que isso não aconteça no ano seguinte, lembrando que os programas de monitoramento são os faróis que iluminam para trás, lembrando que todos nós já comemos esses alimentos no ano passado. Então, não houve identificação no monitoramento de resíduos, dizendo assim “não comam o pimentão porque ele está contaminado”. Não. Esse pimentão foi comido há dois anos.

Então, esse processo exige que se coloque um produtor rural sério – Dr. Alécio colocou muito bem –, e há uma heterogeneidade muito grande no



Brasil, como bem colocou o Cléber. É importante que isto seja colocado na balança. É heterogêneo, é um pesadelo para o Ministério da Agricultura ter que tratar um ambiente tão heterogêneo como esse, de uma agricultura de altíssima tecnologia, que usa os insumos da maneira mais correta, conquista os mercados internacionais e alimenta o povo brasileiro e, ao mesmo tempo, ter um agricultura que precisa de uma atenção especial, de uma assistência técnica mais profissional.

É realmente um desafio grande, e entendemos que esse é o passo que tem que ser dado. Temos que dividir os esforços, manter os programas de monitoramento funcionando, comunicar melhor o risco, sem esquecer, Senador, de que precisamos de recursos para fazer o que te quem ser feito: políticas públicas, de fato, para resolver o problema. Tomara que, nos próximos anos – acho difícil que aconteça no ano que vem, provavelmente vamos estar juntos novamente –, em uma política de médio prazo, a gente consiga resolver esse problema definitivamente aqui, no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço, Dr. Luís Eduardo, sua participação.

Passamos, então, aos Senadores. O primeiro inscrito é o Senador Waldemir Moka, para fazer suas colocações.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Peço desculpas. Ouvi apenas uma parte, peço desculpas pessoalmente ao Dr. Luiz Cláudio Meirelles, mas tive que me ausentar por algum tempo.

Sou um crítico dessas audiências públicas em que se colocam um grande número de expositores porque isso dificulta o debate. Então, vários Senadores passaram, e temos um problema, que, é claro, é de estrutura da Casa. Sou muito tranquilo em relação a isso, porque, às vezes, a gente faz uma colocação e é mal-interpretado pelas pessoas, e o objetivo não é esse. Na hora em que se faz uma audiência pública, todos querem colocar uma representação para também ter direito, mas aí, acho que poderia ser em dois tempos ou, então, três ou quatro pessoas falam e você faz um debate, extrai realmente uma coisa que se possa depois recuperar. A própria comissão, depois, pode dizer: “isso aqui foi debatido em audiência pública e isso aqui é o consenso ou, pelo menos, a média do que se falou, do que se tratou lá.” Senão, vamos ficar ouvindo as representações. É claro que o debate é importante, mas eu gostaria que pudéssemos ser um pouco mais objetivos nessas questões.

Peço até desculpas ao jovem que estava falando, mas é mania de professor, já que dei aulas por quinze anos, e a gente acaba se manifestando. No entanto, evidentemente, não quis ofender ninguém com aquilo. Tenho certeza de que aquilo que ele falou também... tenho, jovem, trinta anos de mandato e nunca fui acusado de improbidade nenhuma durante minha vida. É só para deixar clara a nossa posição.



Quero dizer que a sua contribuição é importante, até para que possamos avaliar. Quero agora fazer a defesa do homem do campo, do produtor. Temos um problema, que é o seguinte: a Saúde, o Ministério da Saúde vai sempre olhar o seu médico. Então, é claro que o pessoal da Saúde vai sempre dizer: “olha, esse troço aqui vai fazer mal às pessoas, temos que retirar esse produto”. Isso, em alguma concentração, é muito maléfico. Muitas vezes, um determinado produto depende da concentração. Às vezes, só a inalação de um produto pode fazer mal, ao passo que outros precisam ter concentração. Então, há uma série de questões técnicas aqui, e o pessoal da Saúde vai ver.

O pessoal do Meio Ambiente vai dizer o seguinte: “isso aqui, em altas concentrações, via ferir o meio ambiente. Não pode ser usado, deve ser retirado.” E o produtor tem que produzir. E o produtor planta uma lavoura, mas tem uma outra questão: determinados produtos ele precisa colocar ali, senão ele não consegue colher. E ele tem uma preocupação.

Ora, se um produto passou pela Anvisa e está liberado para o uso, aí é verdade mesmo, nós precisamos colocar um pouco mais de responsabilidade no receituário daqueles que estão prescrevendo. Vai ter que ter isso, eu concordo. É como um médico que prescreve uma receita e depois há uma contaminação. São essas questões.

Para finalizar, eu acho que é fundamental que Anvisa, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente precisam conversar. E tem de ter na minha avaliação, Presidente, comandando isso. Tem que ter alguém que ouça todos vocês e em algum momento diga: não, a decisão é essa aqui.

Acontece que esse é um mercado que movimenta bilhões e bilhões de dólares. Às vezes, Senador Delcídio, Deputado Nelson Marquezelli, a própria indústria coloca um produto e vem pagando. Aí, o custo daquilo barateia porque é custo em escala. Então, a indústria muda uma estrutura molecular, um radical, e começa a dizer: “Olha, esse produto está fazendo mal à saúde”. E começa uma campanha para tirar aquele produto dali e já tem outro para ser colocado no lugar. Só que aquele que é colocado no lugar é muito, muito, muito mais caro. E aí justifica dizendo que é menos tóxico, faz menos mal à saúde, e o produtor tem que absorver todas essas questões. É isso que nos preocupa.

Faço coro, eu já disse ao Meirelles que temos que estruturar mais. É muito pouco técnico. Isso tem outro lado. Se são 1.600 processos e 46 técnicos para examinar e dar o parecer, o que vai acontecer? Um processo, que poderia ser decidido, ou pode ou não pode. Em 180 dias pode-se analisar um processo, principalmente em se tratando de genérico. Sou um defensor de genéricos porque eu acho que a indústria brasileira tem condições de fiscalizar melhor. São produtos nossos e não temos que ficar nas mãos de multinacionais. Há produtos na África e na Ásia que os caras vendem a oito dólares, para nós chega a sessenta.



E por que não conseguimos colocar isso aqui? Porque quando se fala de genérico, e isso vale para o humano, é a mesma estrutura molecular, é analisado. Se é um genérico, a primeira coisa que vão exigir é a mesma formulação química, o mesmo preço. Então, ele é um genérico. Há produto cuja patente já venceu em 2008. E, apesar de termos genéricos, não conseguimos.

E aí eu digo: isso é preocupante. Há desde a questão comercial, que envolve isso até discursos ideológicos. Às vezes até o cara é um inocente útil. O sujeito faz um discurso agressivo, do ponto de vista ideológico – contaminar, não sei o quê mais –, mas, sem querer, está protegendo grandes multinacionais que, naquele momento, têm interesse naquele discurso. Já vi isso acontecer.

Então, o que temos de fazer? Temos de nos isentar disso, ter uma preocupação com o consumidor. É evidente, nós estamos falando da vida das pessoas. Essa é a minha primeira preocupação, até pela minha formação médica, mas eu não posso também deixar de me preocupar que este País tem a função de produzir alimentos.

Eu já vi aqui uma discussão sobre orgânicos. E aí falam: podemos fazer isso em grande escala? Por favor, o produtor rural não coloca o agroquímico ou o defensivo porque ele quer, até porque isso custa muito caro. Se ele pudesse fazer isso aí e não usar e baratear o custo dele, ele faria. Essa é a questão. Não pensem que o cara é cruel mesmo, joga aquilo lá para envenenar as pessoas. Não é isso, pelo amor de Deus, gente! Aí, nós estamos numa visão completamente distorcida da realidade. Não existe isso. Nós precisamos realmente de condutas. Na hora em que se juntarem laboratórios em maior quantidade e mais estruturados, tudo bem.

Fundamentalmente, em algum momento – o Ministério da Saúde tem um parecer; o do Meio Ambiente tem; o Mapa tem –, alguém acima fala: “Bom, a decisão está aqui. Na média, o que nós vamos fazer é isto aqui”. E nós vamos decidir, porque, senão, insisto em dizer, não é à toa que a Alemanha, que é deste tamanho, tem os três maiores laboratórios, ou seja, as maiores indústrias produtoras de agroquímicos estão na Alemanha. Se não venderem para o Brasil, os grandes países vão vender para quem? Então, há mesmo um interesse comercial nisso muito grande, e nós não podemos, às vezes, tirar o fio daquilo que é importante.

O que é importante? Para finalizar, Sr. Presidente. O importante, primeiro, é que a Anvisa esteja estruturada, com gente capacitada, com técnicos sérios, que eu sei que existem, e em quantidade, para dar uma resposta aos processos.

Entrou um processo aqui há 180 dias, seis meses. Nós temos que dizer: “Olha, isso dá para ser colocado no mercado. Isso dá”.

Cito outra questão relativa à patente – há até um projeto aqui. Uma pessoa não pode registrar uma patente e ficar por dois anos com essa patente



aprovada sem colocar o produto no mercado para ser comercializado. Isto se chama demanda reprimida: uma pessoa patenteia algo e não deixa entrar outro produto semelhante àquele.

São essas as coisas que eu quero discutir com vocês. E quero discutir, com toda a minha sinceridade, dando prioridade ao ser humano.

Para aqueles que não me conhecem, eu não tenho nenhum interesse nisso. Eu não sou agricultor, eu não planto, eu não crio gado, eu não tenho propriedade rural. Acho que posso falar nesse tom, porque não estou advogando em causa própria. Estou querendo apenas que continuemos tendo uma agricultura competitiva.

Vou finalizar dizendo que o Brasil tem trinta e poucos bilhões de dólares de superávit. A indústria teve uma defasagem de 34 bilhões. Quem está mantendo esse superávit na balança comercial? Senão a nossa economia já estaria... É exatamente quem? Grãos, *commodities* de minério e carne. É a nossa vocação. Por isso, eu tenho essa preocupação.

O meu Estado – aí vai a resposta – é o Mato Grosso do Sul. As escolas públicas de boa qualidade, os hospitais dependem da economia do meu Estado. Eu tenho que defender homens e mulheres de mãos calejadas que geram riqueza, emprego, renda e superávit da balança comercial de trinta e poucos bilhões. Nós pagamos uma conta que estava negativa – a corrente da indústria – e geramos um superávit de mais trinta bilhões. O conjunto dá sessenta bilhões. “Ah, mas isso não é importante.” Eu acho que é importante, porque, se não houver uma economia forte, não vai haver saúde de boa qualidade, educação de boa qualidade. Nós precisamos tratar isso com seriedade aqui.

Normalmente, sou o primeiro a chegar – o Presidente sabe disso – e o último a sair. Vão vindo as pessoas porque querem tirar dessas audiências públicas alguma coisa que seja objetiva. Espero que possamos implementar isso para a população realmente seguir.

Eu tenho certeza de que cada um de vocês faz o melhor do que precisamos. Talvez tenhamos, meu Presidente, de sentar – nem precisa ser uma audiência pública – com a Anvisa, meio ambiente, agricultura. Como vamos fazer isso? Será que precisa mudar a estrutura? É a Casa que tem que ir lá conversar com a Chefe da Casa Civil? Essa estrutura precisa de um comando. Esse comando precisa realmente fazer com que as pessoas possam, em algum momento, obter decisões mais rápidas. Agora, não posso culpar a Anvisa, que tem 46 técnicos e 1.600 processos para dar parecer. Aí realmente não posso culpar.

Desculpo-me com aquelas pessoas que eu não tive oportunidade de ouvir.

Feijó, se de alguma forma você se sentiu ofendido, eu não tenho dificuldade nenhuma. Sou um homem humilde. Eu só observei. Isso é mania de



professor. Eu não tive intenção nenhuma de criar nenhum tipo de constrangimento. Ao contrário, quero louvar sua participação aqui. Posso até divergir dela, mas audiência pública tem essa finalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka, pela sua participação.

Audiência pública é exatamente para debatermos, ouvirmos e colocarmos nossa opinião, nossa sugestão.

Agradeço a presença do nosso Deputado Nelson Marquezelli aqui junto conosco.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Imagina. A sua experiência é muito grande nessa área, tem muito a nos ensinar.

Passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, para fazer as suas colocações.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, hoje estamos com quatro comissões funcionando ao mesmo tempo: Agricultura, Infraestrutura, Ciência e Tecnologia e Relações Exteriores. Quando cheguei aqui, os últimos expositores já estavam concluindo as suas falas. Então não pude acompanhar de perto e por isso peço desculpas, é que a gente fica dividido entre uma comissão permanente e outra, e é muito complicado.

Eu ouvi algumas exposições aqui, rapidamente, agora ouvi o Senador Moka, que é do meu Estado, Mato Grosso do Sul, um Estado onde o agronegócio tem um papel preponderante, como V. Exª sabe muito bem, assim como o meu querido Deputado Nelson Marquezelli. Ele tem um vínculo forte com o nosso Estado e tem um vínculo forte com o agronegócio.

Este é um assunto muito importante. Eu fiquei impressionado, pelo o pouco que ouvi aqui, com a total descoordenação dos órgãos diretamente envolvidos com essa questão. Ouvi inclusive membros do governo admitindo isso. Não somos nós, Parlamentares, que falamos isso, mas membros do governo. E eu acho, até por muitas razões aqui que o Senador Moka elencou, temos, pelo que representa o agronegócio no Brasil – falo em agronegócio num sentido mais amplo –... Não dá para continuar desse jeito. Eu, pessoalmente, acho que essa descoordenação é inaceitável, por tudo que representa o agronegócio não só no nosso Estado, Mato Grosso do Sul ou em São Paulo, Estado do Deputado Nelson Marquezelli, mas para o Brasil.

Nós estamos falando aqui de resíduos de agrotóxicos em alimentos. Ficou muito nítida a falta de diálogo entre os principais envolvidos no governo, aqui, mais claramente, a Anvisa, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura, a Embrapa. Eu acho que nós precisamos fazer uma varredura nesse setor do agronegócio para que ele, efetivamente, corresponda



ao que o Brasil representa sob o ponto de vista de produção de alimentos. Não dá! Nós estamos querendo administrar agronegócio num momento em que as disputas, a concorrência internacional exige cada vez mais competitividade, exige cada vez mais compromisso com sustentabilidade, com o meio ambiente, com o controle de agrotóxicos. Nós não podemos continuar dessa maneira. Com todo respeito, isso não é de agora, Moka. É uma visão antiquada, uma visão absolutamente retrógrada no que se refere ao que o agronegócio representa.

E essas providências, como foi dito aqui, alguns expositores até com mais veemência que os outros, mas o que sentimos é o seguinte: nós estamos sem ação, porque não conversamos. Então, isso é triste, sem falar em questão de saúde pública e outras preocupações absolutamente vitais.

Eu estou vendo aqui que a Embrapa apresenta ações para 2012 com foco na agricultura verde e tal; Rio+20. Acontece a Rio+20, aí aparece uma porção de boas ideias, que já deveriam ser implementadas não em função da Rio+20, mas em função de toda uma política de governo nessa área.

Nós temos que analisar a questão do próprio posicionamento da Embrapa nesse processo, o dos pesquisadores, como foi muito bem dito aqui.

Assim como o Senador Moka falou da Anvisa e dos quadros do Ministério da Agricultura, do MMA, nós temos que ter gente qualificada e pessoal necessário para corresponder ou para responder às demandas da sociedade. Afinal de contas, nós temos compromisso com a sociedade. Todos nós que estamos aqui temos compromisso com as pessoas. As pessoas são a razão de ser das políticas públicas governamentais e da nossa atuação aqui como Parlamentares.

A Embrapa não tem perna para tocar adiante o que ela, efetivamente, precisa fazer não só pelo País, mas com uma política vigorosa em outros continentes.

Agora, recentemente, visitei o Sudão. A África é um continente interessante: tem um solo extraordinariamente rico, e o povo passa fome. No Sudão, na região que visitei, a terra – para V. Ex^a ter ideia do que é isso aí –, o Ph é 7,5. Não precisa nem calcário. A terra é riquíssima. A imagem do Brasil é extraordinária; a imagem da Embrapa, fantástica; mas não temos estrutura para fazer frente a esses desafios, porque quem não tem estrutura para segurar os bons profissionais... A Embrapa tem profissionais de extrema qualidade. Se continuar desse jeito, vai perder gente.

Agora, estamos fazendo um debate na Embrapa para abertura de capital, que os retrógrados falam que é privatização. Privatização, coisa nenhuma! É abrir capital, agregar mais conhecimento, capitalizar a Embrapa para ela cumprir missões importantes. E aí começam a levar para o outro lado: ah, vamos privatizar a Embrapa, a propriedade intelectual. Tudo isso foi muito bem cercado, porque todo mundo sabe o que é propriedade intelectual. É fruto do trabalho dos pesquisadores competentes que a Embrapa tem.



Os processos que vi de capitalização... O Banco do Brasil, alguém tem alguma dúvida de que a capitalização do Banco do Brasil funcionou bem? Alguém tem alguma dúvida de que a capitalização da Petrobras, com o governo mantendo o controle da Petrobras, não foi melhor para a companhia? O que é a Petrobras fechada e o que é a Petrobras hoje, com todas as mazelas? E aí nós estamos discutindo, como diz o Caetano Veloso, a eternidade da maçã com relação à Embrapa, inclusive com dirigentes preocupadíssimos com esse impacto. Não gostam nem de falar sobre esse assunto. Inacreditável! E com o agronegócio representando o que representa, como disse o Senador Moka muito bem. No momento em que a indústria patina, arrasta a barriga, o agronegócio vira o jogo.

Então, o importante desta audiência pública, Sr. Presidente, é que serviu, como as audiências públicas de que temos participado para esclarecer uma série de questões, especialmente ouvindo pessoas especializadas e pessoas que estão no dia a dia desses assuntos, mais especificamente nesse caso aqui de resíduos de agrotóxicos, mas precisamos mudar muito. Precisamos ter coragem e ousadia para, efetivamente, azeitar a máquina do governo principalmente com relação a esse setor, que é extraordinário, sem também deixar de compreender como os negócios acontecem.

Agrotóxico, o movimento que essa indústria promove é extraordinário. Então, temos que ter políticas públicas claras até também para não ficar à mercê de gente que faz um determinado discurso, que aparentemente é muito bonito, mas, na verdade, os interesses são outros. Temos que criar mecanismos e uma gestão à frente do agronegócio que, efetivamente, apaguem, de uma vez por todas, o proselitismo e a hipocrisia, que, lamentavelmente, prejudicam o Brasil. Pessoas que vêm com discursos maravilhosos – não estou falando em função desta audiência pública; estou falando de uma leitura de outros temas que nós aqui tratamos –, mas, na verdade, os interesses são absolutamente mercantilistas, quando não são interesses internacionais e outras coisas mais.

Então, só quero aqui, primeiro, constatar. Precisamos trabalhar muito aqui, na Comissão de Agricultura, para, efetivamente, promover esses ajustes, ajudar o governo a arrumar a casa, ajudar o governo a estimular esse diálogo franco, esse diálogo que é absolutamente necessário para que a sociedade seja protegida, e sabendo muito bem separar aquilo que é importante para a população e aquilo que é importante para aqueles que tentam, em função exatamente dessa descoordenação, se aproveitar dessas nossas falhas. E quero dizer que vejo isso sistematicamente.

Eu me lembro de quando nós, na CPI dos Correios, fizemos uma avaliação dos instrumentos de monitoramento, de controle de combate à ilegalidade, enfim, dentro da estrutura do Governo Federal. Nós chegamos à mesma conclusão: que tem um departamento de recuperação de ativo que não



conversa com o Coaf, que não conversa com a Receita. É um negócio inacreditável.

Então, acho que precisamos de gestão, porque, tendo gestão, vamos ter uma máquina pública em condição de atender à sociedade. A discussão é da sociedade, é do País.

E quero, mais do que nunca, registrar aqui a importância desse debate que V. Ex^a tem aqui promovido. Quero dizer que vou apresentar, na próxima reunião, fruto até desse diálogo que tivemos aqui, alguns requerimentos para aprofundar esse assunto e para discutir agronegócio de maneira mais ampla, como sei que é a intenção do Senador Moka e dos outros Senadores e Senadoras aqui da Comissão, especialmente da Presidência, que vem conduzindo com extrema competência e espírito público os trabalhos da Comissão de Agricultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Delcídio.

Senador Moka, Deputado Marquezelli, pedi esta audiência, Senador Moka, pela nossa preocupação com os alimentos que a população brasileira está consumindo, mas saio desta audiência mais preocupado ainda, em saber que o Brasil, que quer ser o maior produtor de alimentos do Planeta, nos próximos dez anos, que tem na nossa economia – a nossa balança comercial hoje é pautada pelo agronegócio – e fico preocupado, Deputado, em saber que a estrutura de governo que temos não dá vazão àquilo que estamos produzindo, não tem a capacidade de atender à nossa demanda, e que o produtor rural, que é quem produz, que faz essa balança comercial brasileira ser positiva, quer produzir o melhor alimento para a população brasileira e para a população mundial, mas não tem assistência técnica do governo, não tem acompanhamento do governo.

Quando ouço do próprio governo que não estamos concatenados entre saúde, agricultura, Anvisa e Embrapa, realmente é um assunto que precisamos, Senador Moka, debater mais vezes aqui, na Comissão, e dar uma sugestão, criar um aviso para que o governo possa realmente fazer frente a essa demanda reprimida, possa atender à necessidade da população brasileira. Nós não estamos falando aqui apenas do agricultor. Agricultor é o que produz, mas quem consome somos todos nós, toda a população brasileira. E é esta a nossa preocupação: dar essa qualidade de vida melhorada à população brasileira.

Teríamos vários assuntos aqui, mas temos que ter bastante cuidado, porque, se levarmos muito a fundo o que foi colocado aqui, nós vamos deixar a população em pânico, pois ouvimos que não temos capacidade de medir a qualidade dos alimentos que nós estamos consumindo. Então, nós temos que ter muito cuidado em não levar essa situação dessa forma à



população, porque estaríamos criando certo desconforto e preocupação a toda população.

Eu quero propor – e vamos fazer isso na próxima reunião –, assim como também o Senador Delcídio disse que vai trazer novas metas e sugestões, vamos ter que debater este assunto com mais profundidade, Senador Moka, para que a gente possa ajudar o governo a se organizar.

Pois não, Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu só queria fazer coro às conclusões de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu vi agora recentemente um documentário sobre o Chacrinha. O Chacrinha tinha uma frase emblemática. Ele dizia assim: eu não vim aqui para explicar; eu vim aqui para confundir.

Eu confesso que, pelo pouco a que assisti aqui, saí mais confuso que entrei, exatamente por causa dessa falta de diálogo e dessa coordenação maior, que é absolutamente exigível especialmente num caso como este.

Eu não vim aqui para explicar. Eu vim aqui para confundir. Confundi mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O problema, Senador Delcídio, é que essa é a realidade da ação do governo com relação aos agrotóxicos. Já aprovamos aqui os genéricos, não é, Senador Moka? Mas os genéricos não estão nas nossas prateleiras. Ainda não chegaram. Não chegou ao ponto de o nosso agricultor ter acesso ao agrotóxico genérico, pela qualidade, pelo preço e por várias razões que são importantes. Nós utilizamos os genéricos como remédios, mas o agricultor não consegue utilizar o genérico para produção agrícola, Deputado. É um assunto em que precisamos avançar rapidamente.

Nós aqui tivemos o cuidado de andar com esse tema com rapidez. Foi concluído, foi aprovado e está em fase de conclusão em alguma comissão não aqui no Senado, mas, se não me engano, na Câmara dos Deputados. Aqui já conseguimos avançar e demos a celeridade necessária para a importância do tema.

Eu não quero mais me prolongar.

Vou pedir aos nossos convidados que utilizem um ou dois minutos para fazerem as suas conclusões finais sobre o tema.

Passo, então, ao Sr. Luiz Claudio Meirelles, da Anvisa.

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Eu penso que o Brasil é confuso, é confuso em várias áreas. Eu, como cidadão, vejo isso. E a gente sente falta de muita coisa no País. A gente tenta fazer o nosso melhor, como instituição, para poder melhorar as condições de trabalho.



Vou dar um dado que é o seguinte: a gente está fazendo um seminário sobre mercado e regulação de agrotóxicos. Por exemplo, falou-se aqui de genéricos. Hoje há mais de 200 registrados. Quando a gente olha o que estão pleiteando, 40% dos que estão pleiteando para registro são apenas de oito ingredientes ativos. Cinquenta por cento dos produtos que o governo investiu em termos de trabalho sequer vão ao mercado. Metade do trabalho que o governo investe é jogado fora, porque as empresas não botam isso para o produtor na prateleira.

Então, é importante registrar essa discussão aqui.

Cinquenta e três por cento das empresas que estão instaladas no Brasil, muitas não terão condição de cumprir a lei no caso de um acidente com população ambiental, porque elas são apenas escritórios. E a lei é muito clara no sentido do que elas devem cumprir. Mas elas são apenas escritórios. Elas importam, distribuem, e acabou. Se acontecer qualquer problema, quem vai pagar é o contribuinte, não é? Essa questão.

Então, eu queria chamar a atenção para esses fatos, e queria deixar o convite, aqui na Comissão de Agricultura, para esse evento, que vai ser muito importante no agregar elementos de como é que esse mercado está estruturado, para tirar o peso e a culpa dos órgãos de registro em relação ao trabalho que vem sendo feito.

Os órgãos de registro, à luz da sua precariedade, chamo a atenção, Senador Moka, que 46 é o total, não é só a Anvisa não; a Anvisa tem 21 técnicos. É o total da Anvisa, Ibama e Mapa. São os três órgãos para dar conta disso. Agora, temos construído muito coisa ao longo desses anos. Construímos toda a avaliação por equivalência, equiparando a nossa capacidade de análise àquela dos países mais respeitados do mundo, e eu acho que eu tenho de registrar isso aqui. A gente não está atrasado. Nós somos hoje referência em toda a América Latina, no Caribe, em relação a essa qualidade da análise ambiental, que envolve os três órgãos, que têm uma relação que pode não parecer harmônica aqui na Mesa, mas que tem trabalhado conjuntamente, em vários momentos, para construir normas e desenvolver uma série de ações para dar conta do problema que o Brasil hoje enfrenta por ser um grande usuário de uma substância que, na sua origem, é tóxica.

Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Dr. Luiz Cláudio, Senador Acir, eu acho que, especificamente quanto a essa questão da Anvisa, essa quantidade de 46 técnicos, nós precisamos focar isso, porque às vezes, por trás disso, não há vontade política de se estruturar melhor. É isso que estou dizendo. E isso funciona para os dois lados, porque claro que um mais estruturado vai fiscalizar melhor; agora, mais estruturado você vai poder dar resposta dos pedidos, dos processos, com mais agilidade. É disso que estou falando.



Vamos discutir qual é a estrutura que hoje tem a Anvisa, o Meio Ambiente, o Mapa, para tratar, como ele disse: R\$40 milhões é o Orçamento, para um negócio que movimenta mais de R\$10 bilhões, com certeza. É a mesma coisa da carne. É um negócio que traz para o País R\$5 bilhões e, na hora de se colocarem recursos para a Vigilância Sanitária, não se consegue colocar R\$400 milhões para estruturar os órgãos de defesa ambiental e vegetal nos Estados.

Então, aí é que está. Acho que, entre outras coisas, esse é um foco: a prioridade no governo. Então, vamos ter como prioridade estruturar esses organismos. E ele está dizendo: somos referência; imaginem se, em vez de 46, nós tivéssemos 146 ou 150, que *show* não seria a nossa estrutura aqui!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra a Dr^a Daniela Buosi.

A SR^a DANIELA BUOSI – Obrigada.

Eu queria só deixar uma mensagem final. Eu sempre fico muito incomodada quando a gente fala de um tema e o próprio governo não tem uma... Eu acho que a gente nunca vai ter um discurso unânime, de consenso, acho que é até saudável, salutar que seja assim, mas eu não sei se a gente tem de entender como uma descoordenação ou como interesses diversificados. A gente não conseguir ter o mesmo discurso do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura, do Ministério do Meio Ambiente. Mas eu acho que a gente tem de entender qual é o problema. Eu acho que a gente vem no caminho disso, eu acho que a forma como isso foi colocado talvez tenha parecido uma descoordenação absoluta, mas eu acho que não é assim que as coisas acontecem.

O Luiz Cláudio colocou aqui, e a discussão que acontece no âmbito do CTA, que junta esses três Ministérios, que procura justamente isso, que a gente possa fazer o melhor pela população brasileira.

Existe já uma iniciativa da Casa Civil, eu acho que entendendo essa diversidade de pensamentos e diversidade de focos para o mesmo tema. Não é só agrotóxico que a gente encontra assim; há pouco tempo, tivemos a questão do amianto; são visões diferenciadas. Se estivéssemos aqui discutindo, o Ministério da Saúde estaria defendendo uma posição, o Ministério do Meio Ambiente, bastante coeso com o Ministério da Saúde, e o Ministério de Minas e Energia está defendendo. É o negócio deles.

Por isso eu coloco que um programa único para monitoramento é inviável, porque cada um tem seus interesses, e é salutar que cada um mostre o seu ponto de vista. Não vai haver como a Saúde ter o mesmo ponto de vista da Agricultura, enfim. Mas é importante que cada um coloque o seu ponto de vista, para que a gente possa, aí, sim, ter um consenso do que pode ser utilizado em prol da saúde da população. O final que a gente quer é isto: é ter o meio ambiente equilibrado, é ter a saúde da população preservada.



Então, eu acho que a Casa Civil já entendeu essa descoordenação de entendimentos, vamos colocar assim, pelos interesses diversificados, e está buscando... Já fizemos duas reuniões. O de que me ressinto muito é que essas pessoas que estão ali defendendo os seus Ministérios... Essa discussão é muito mais ampla: envolve o Ministério da Justiça, envolve o Ministério do Desenvolvimento Agrário, envolve o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Previdência, o Ministério do Trabalho. Todos estão envolvidos, porque cada um tem a sua competência, a sua responsabilidade em cima do tema de agrotóxicos. Não são só estes Ministérios que estão aqui hoje.

Então, eu tenho esta mesma visão. Eu fui a primeira a falar, e não gosto de ser a primeira a falar, porque depois vem uma série de outras pessoas que colocam coisas – e até não sei se fui muito clara, às vezes, no que disse –, dizendo que a gente coloca de uma forma ou de outra. Enfim, não é isso. O que a gente tem buscado mesmo é a unificação em prol... Estamos todos buscando isso. Como o Senador colocou, ninguém quer colocar veneno em lugar nenhum para fazer mal de propósito, mas o mau uso ocorre, o dano na saúde está ocorrendo. Nós temos muitos casos de intoxicação notificados no Brasil, e a subnotificação é enorme, a gente sabe disso.

Então, precisamos, sim, fortalecer os nossos processos. Precisamos, sim, ter laboratórios que tenham capacidade. O recurso é limitado. O recurso não só financeiro, mas humano é limitado, mas nós temos uma capacidade de resposta no Brasil muito grande. O que a gente precisa é potencializar, para que essa resposta realmente possa ser dada no nível em que a população merece receber essa resposta. Eu acho que é isso o que está faltando ainda hoje neste País.

Eu acho que cada Ministério aqui tem a sua competência, tem a sua responsabilidade, acredito que esteja, sim, fazendo o seu melhor, mas acredito que cada um deve ter o seu monitoramento. Nós temos um informe que já fazemos há seis anos, em que nós unificamos as informações dos sistemas de informações que tratam da questão da intoxicação – Sinitox, Tusinam. Trazemos também informação nesse mesmo informe – esse se chama informe unificado – de qualidade da água, o que tem de agrotóxico na água.

O que a gente procura fazer com isso? Levar à população a informação de maneira unificada. Mas a Anvisa continua com os processos dela dentro da competência dela; nós, do Ministério da Saúde, vendo a vigilância da qualidade da água para consumo humano. E queremos ampliar isso cada vez mais: que a ANA faça isso para suas bacias, para que a gente saiba a qualidade da água bruta. Obviamente, se o Ministério da Agricultura também tiver suas informações, que a gente possa ter isso no mesmo informe público, acessível à população, mas que cada um tenha, sim, os seus processos de monitoramento, porque são diferenciados.



Eu queria só, por fim, ressaltar que eu acho importantíssimo este momento, é um debate extremamente apaixonante, é um debate em que todos nós podemos debater por semanas, meses, cada um defendendo o seu ponto de vista, mas precisamos chegar a um consenso. Precisamos, como o Luiz Cláudio colocou aqui... A Anvisa tem o seu papel, mas está limitada dentro da sua capacidade de responder de uma maneira, por vezes, até mais rápida, mas também temos uma série de processos jurídicos que impedem que essa resposta seja um pouco mais rápida, dentro daquilo, como o Senador colocou, de 180 dias.

Precisamos harmonizar, eu acredito. Não é uma descoordenação. Acho que há uma falta de harmonização dentro dos processos, mas entendo que cada um, dentro da sua competência, está aqui buscando fazer o seu melhor, sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Drª Daniela Buosi.

Concordamos também com que cada um faz o seu melhor, não há dúvida. Dentro da capacidade de que se dispõe de infraestrutura, cada um faz o seu melhor. Nós entendemos é que todos nós, incluindo Congresso, Governo, precisamos ajudar para avançar com mais rapidez em relação ao auxílio ao nosso produtor e ao nosso consumidor.

Passo a palavra ao Cleber Folgado.

O SR. CLEBER FOLGADO – Eu só queria fazer também três considerações para reforçar talvez alguns elementos na exposição que, até em função do tempo, não ficam muito claros. De fato, a gente precisa garantir estas audiências com mais tempo, com mais reflexão, não só para gerar informações, mas para gerarmos – acho que o companheiro colocou bem – ações concretas, propostas de ações concretas. E, na nossa avaliação, a gente traz uma questão que temos discutido muito aqui. Assim como na década de 50, 60, ou se a gente pega 75, quando no plano de desenvolvimento foi construída uma política de crédito, construída toda uma estrutura para que os agrotóxicos se fizessem presentes na agricultura e que gerou um ciclo vicioso. Isso é importante a gente entender: é um ciclo vicioso. Hoje, o pequeno agricultor, às vezes, ele quer sair dessa produção com agrotóxico, mas é difícil. E isso a gente comunga, porque o ambiente está totalmente desequilibrado, e em ambiente desequilibrado a praga vai atacar.

Então, pensando nesse sentido, nós acreditamos que precisamos construir um plano de transição para a agroecologia. Então, não é pensar que de hoje para amanhã nós vamos banir os agrotóxicos no País. Não é disso que a gente está falando. Agora, a gente está dizendo que há ingredientes ativos, que há agrotóxicos que, sim, são muito prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, e que nós já temos tecnologia e conhecimento para poder tirar isso do mercado e poder dar passos num processo de construções onde a gente possa investir



numa política de crédito, onde a gente possa investir em pesquisa – aqui muito bem lembrado em relação à Embrapa. A Embrapa ficou um bom tempo sucateada. A gente pega hoje o orçamento da Embrapa e às vezes as pesquisas que foram feitas foram feitas de competência com as empresas de produção de agrotóxicos. Nós não precisamos fazer pesquisa de competência, nós temos é que buscar construir coisa nova. E, nesse sentido, nós temos profissionais qualificados; o que a gente precisa é de investimento nesse campo para poder fazer com que essa vocação do Brasil não seja uma vocação de país maior produtor agrícola do mundo, maior produtor de alimentos. Acho que a vocação do Brasil é ser o maior produtor de alimentos saudáveis do mundo, e para isso nós temos clima e condições suficientes para poder fazer. Então, vai precisar dessa construção.

E somente para concluir, dizer que nós, como campanha que reúne as principais organizações do campo, hoje, Contag, Via Campesina, enfim, temos hoje mais de 50 organizações dentro dessa campanha, desde organizações ligadas à saúde, como é o caso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco; temos construído muitas informações com a Fiocruz, com o Incra; aproveitar das informações que têm produzido os diferentes ministérios para pensar nesse processo. Nós temos condições e acreditamos que precisamos, nesse processo, não somente melhorar o diálogo – e aí acho que entre os órgãos competentes, e é exatamente isso que a Daniela coloca, existe conflito de interesse e isso é até importante para a gente saber que vivemos em uma democracia, e na democracia é isso mesmo: os interesses são colocados de formas diferentes e precisamos construir consensos.

E, nesse sentido, nos colocamos à disposição para construir consensos que possam vir preocupados com a saúde e com o meio ambiente do País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Cleber.

Dr. Alécio Maróstica, do CNA.

O SR. ALÉCIO MARÓSTICA – Eu saio daqui do mesmo tamanho que entrei. E como disse o Senador, eu não vim aqui para trazer confusão. Mas eu gostaria de ter clareza a respeito disso aqui. Se é para nós, que produzimos direito – tem um grupo de produtores que quer produzir direito – com responsabilidade, chegarmos a um ponto de um novo levantamento, não falar de onde vem, quem fez, e aqueles que fizeram direito pagar a conta, quer dizer: que país é este? E é isso que acontece: nós produzimos direito, sabemos que não tem resíduo, e temos que jogar fora toneladas e toneladas de batata, de cenoura, de pimentão logo depois de uma notícia como essa que saiu na televisão. E o pior disso é que, quando nós colhemos e temos que jogar fora, aí se eu jogar concentrado o lbama vai lá e nos multa. Quer dizer, se produzir direito também vira bandido. Que país é este?



Que vocês tenham que se estruturar, tudo bem; se a Anvisa tem que se estruturar, se a saúde tem que se estruturar, isso não é um problema do produtor. Agora, não pode pagar a conta pela falta de estrutura e pelas consequências que estamos vendo aí. Isso nós não queremos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Dr. Alécio.

Com a palavra a Drª Karen Friedrich.

A SRª KAREN FRIEDRICH – Eu gostaria de colocar somente a nossa interpretação aqui, que é científica. Então, o colega colocou que existe pouca interpretação científica nos dados de vocês.

Eu não quero causar pânico na população, mas, talvez, pânico em quem tem as rédeas da situação. A situação é para pânico sim. Esses alimentos possuem limites acima do que é preconizado pela Anvisa, eles apresentam risco, sim, à saúde. Por quê? Porque esses dados, esses limites são baseados em estudos científicos, seja em animais de laboratórios, em estudos epidemiológicos. Então, se a partir daquele estudo se mostra que uma dose X é segura, esse limite é calculado em cima dessa dose, em cima do que se consume daquele alimento pela população brasileira. Então, poucos miligramas que ultrapassem no pepino, no pimentão, no abacaxi, isso pode, sim, chegar nesses limites que, experimentalmente, ou a partir de pesquisas científicas, são perigosos à saúde e que causam efeitos no longo prazo, são muito danosos e isso, realmente, é um risco.

Essa é a interpretação científica que nós da Fiocruz temos. Nós fizemos um levantamento no âmbito do Fórum Estadual de Combate ao Impacto do Agrotóxico, no Estado do Rio de Janeiro. Então, como exemplo – vou tirar o pimentão da história – vamos pegar a banana, que geralmente não é um vilão, mas se ela tem mais de um ingrediente ativo presente acima do limite de resíduo, e se cada um, por exemplo, causa um efeito sobre a reprodução masculina ou feminina, todos esses efeitos somados na banana vão causar um efeito à saúde humana.

Então, por isso a importância do PARA, do monitoramento, e como vocês também colocaram, mais importante ainda as ações que vocês vão tomar com esses resultados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço à Drª Karen.

Passo a palavra à Drª Kênia Godoy.

A SRª KÊNIA GODOY – Eu queria só fazer uma complementação. Vou colocar uma visão que estou tendo de toda essa discussão, que talvez tenha que ser revista, não a questão do Programa PARA, como é feito o monitoramento em si, mas pela maneira com que está sendo divulgado. Essa é a visão que estou tendo aqui e que acho que precisa ser repensada se for este o



problema; achar uma estratégia, tanto a agricultura, na sua divulgação, como a Anvisa também, como divulgar isso.

E gostaria de complementar também essa questão do desvio do uso, que acho bastante importante; quando vocês falam assim: cada um dos órgãos está falando uma coisa diferente. Não. Nós temos, realmente, enfoques distintos, como foi colocado, de acordo com suas competências.

O Ibama, realmente, não participa desse programa de monitoramento em alimentos, mas nós participamos juntamente com outros órgãos – e o Rangel chegou a colocar da nossa instrução normativa, que é conjunta. Apesar de não fazermos isso diretamente, nós participamos das decisões conjuntas, nós temos grupos de trabalho, nos reunimos bastante para, se extrapolar um limite de resíduos, o Ibama estar participando. O Ibama tem dado prioridade junto. Quer dizer, os três órgãos têm trabalhado o máximo que nós podemos em conjunto para todas essas decisões que possam melhorar a saúde pública e o meio ambiente.

Então, eu não vejo assim que esteja cada um falando de uma maneira distinta. Muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Drª Kênia pela sua participação.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Deixe eu só fazer um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Por favor, Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Nós não podemos distorcer as coisas. Uma coisa é descoordenação ou harmonização, e outra coisa é o contraditório. Tem que ficar muito claro isso.

Nenhum de nós, aqui, está querendo impor o regime do pensamento único. Isso tem que ficar muito claro, porque se não começa a passar a impressão de que todo mundo tem que falar a mesma coisa. Não, cada um tem o seu papel aqui. Portanto, o contraditório é absolutamente fundamental.

O que estamos aqui discutindo é o seguinte: o contraditório, como disse aqui o Cleber, leva a um trabalho forte para se buscar um consenso; é no contraditório que a gente constrói as políticas. Mas, pelo que constatamos aqui, há dificuldades nesse sentido. Tanto é que foi admitido pela Daniela que a Casa Civil está fazendo uma série de reuniões para tentar ajustar as coisas.

Então, tem que ficar muito claro isso: ninguém está desqualificando o trabalho e as atribuições de cada um aqui, porque a gente sabe das responsabilidades de cada um. Mas o problema é que se não há esse trabalho de harmonização, por mais que cada área, que cada instituição faça um esforço desumano para cumprir com o seu papel, não adianta, porque é um movimento browniano, as coisas não se somam, não há sinergia. Aí é que nós estamos batendo.



O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu gostei do movimento browniano! Fazia tempo que eu não o ouvia. Quando eu dava aula de Física ou Química eu falava muito.

Mas eu acho que o Senador tem razão. São coisas diferentes. O enfoque da saúde vai ser um; o enfoque da agricultura vai ser outro; o do meio ambiente, outro. Mas alguém, em algum momento, ouvindo o contraditório, vai ter que dizer: mas o caminho, a média é essa aqui; e daí vira política de governo, aí é uma coisa só. Então, eu acho que isso é fundamental.

Agora, o que não pode, às vezes, é acontecer de pessoas apaixonadas acharem que o ponto de vista do outro, que não for o que esta está defendendo, não serve para consenso. O que é ruim também. Então, consenso é consenso, aquilo que é a média, mas, tem que ter, se não vamos ficar eternamente nesse puxa para um lado, puxa para o outro, e as coisas não avançam e você não chega ao final.

Eu acho que aí, realmente, é uma decisão política, e não é tão difícil assim. Em algum momento alguém vai ter que comandar esse processo. Não sei como será isso, se será por um decreto, mas a Presidenta, ouvindo os seus ministros, vai dizer: Olha, a forma correta, o comando está aqui com este ministério, ou está naquele ali; ou puxa para a Casa Civil. Enfim, em algum momento vai ter que ter uma decisão. Ou então vamos ficar com o argumento de que é um contraditório. Mas o contraditório, em algum momento, vai ter que virar um consenso para virar política pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida. Obrigado, Senador Moka.

Dr. Leandro Diamantino Feijó, do Ministério da Agricultura.

O SR. LEANDRO DIAMANTINO FEIJÓ – Eu acredito que agora, depois de toda essa discussão, o primeiro ponto é que eu saio muito feliz ou, talvez, mais confortável em saber que essa temática agora, mais do que nunca, está viva dentro da Casa. No ano passado nós tivemos a oportunidade de discutir essa mesma questão em relação a produtos veterinários na cadeia produtiva de bovinos. Foi na Comissão de Agricultura da Câmara, e agora com essa discussão, eu estou muito satisfeito. Vejo que o trabalho de vocês muito vai nos ajudar, por exemplo, lá na nossa casa, no Ministério da Agricultura, a fazer com que processos possam andar cada vez melhor.

Estamos discutindo uma questão e precisamos, mas do que nunca, sair daqui muito tranquilos e com uma maturidade muito bem estabelecida, porque temos que parar tudo, parar os processos e olhar para dentro, ver o que está errado, ver o que não está legal. Isso não é demérito para ninguém. E é ruim quando paramos para olhar, nos avaliar e verificar que talvez algum ponto não esteja tão adequado. Então, esse senso crítico vai ser importante. Eu acredito que esse é um dos objetivos desta audiência pública. Vamos ver onde a gente pode trabalhar melhor.



Todas as instituições aqui estão fazendo o seu melhor, mas tem assuntos que permeiam diferentes instituições e que são comuns. Será que podemos melhorar onde aconteçam esses assuntos comuns? Será que podemos ter uma melhor gestão dessas informações?

Então, acredito que isso fica talvez como uma lição, um ponto para melhor aprofundarmos. Lá na Agricultura nós colocamos todas as informações, toda a nossa estrutura à disposição da Comissão de Agricultura do Senado para aprofundamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Leandro.

Com a palavra o Dr. Luís Eduardo Rangel, do Ministério da Agricultura.

O SR. LUÍS EDUARDO RANGEL – Obrigado, Senador.

Na verdade, fiquei satisfeito com pelo menos o Senador Delcídio e o Senador Moka terem captado, talvez, dois pontos críticos mais importantes nesse processo. Falta de estrutura. Não vou dizer falta de diálogo. Se nos fizemos interpretar mal aqui, de que existem discordâncias a ponto de falta de coordenação, eu lamento. Na verdade, existem discordâncias, sempre vão existir, porque nossas agendas são diferentes. E quando eu me coloquei contra a posição da Daniela, não é que eu seja contra necessariamente a Daniela; é uma visão diferente sobre esse assunto. Pelo contrário, o Ministério da Saúde e o Ministério da Agricultura têm agendas muito positivas.

Nesse caso, especificamente, há uma discordância em como conduzir uma determinada área, como o Leandro falou, que tenha zonas de sombreamento. E essas zonas de sombreamento têm ficado cada vez mais evidentes entre os ministérios; e é necessário, de fato, que haja uma coordenação, uma liderança. Isso já foi discutido e está em prosa e verso, relatado, inclusive, em nossas atas do CPA.

Mas eu fico com certa desesperança e estou muito preocupado, porque no final das contas – acho que foi colocado aqui até pela sociedade organizada, isso é público e notório e o Senador Moka colocou – a nossa estrutura lá na Agricultura, dentre os três ministérios, é a que tem menos pessoas. Eu sei o que tem que ser feito, nós sabemos o rumo que tem que ser tomado, nós que colocamos claramente que precisamos ter mais efetividade nos nossos trabalhos, mas, infelizmente, não temos estrutura suficiente para atingir esses objetivos.

Só para vocês terem uma noção, eu tenho hoje oito técnicos e duas estão em licença maternidade. Eu falei aqui para o Senador que vou fechar para balanço este ano 2012, porque está bastante complicado.

Então, são nuances do processo de gestão, e é importante que esta Casa saiba disso para que nos ajude a reforçar também essa estrutura,



porque competência e dedicação nós temos visto nesses 46 técnicos; são pessoas abnegadas, pessoas que sabem o que tem que ser feito, com compromisso com o que tem que ser feito. Mas, de fato, precisamos reforçar esse processo de gestão.

A Daniela colocou bem, a Casa Civil nos ajuda no que é necessário; não é a primeira vez que ela está envolvida nesse processo e o que a gente gostaria de ver é, de fato, que esse tema agrotóxico não venha para cá sempre como uma polêmica negativa. Nós que estamos nesta audiência pública, aqui, queremos ser referência internacional na área de defensivos agrícolas e agrotóxicos.

Tivemos a oportunidade, agora em fevereiro, de dar lampejos dessa liderança, só que nós queremos ser, de fato, uma liderança internacional e mostrar que estamos no mesmo nível dos Estados Unidos, do Canadá, da Austrália, dos países grandes nesse processo.

Nós gostaríamos da ajuda de vocês para que possamos levar o Brasil para esse nível.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Luís Eduardo.

Agradeço aos nossos convidados pela presença, principalmente o Senador Moka, que contribuiu muito para esta audiência, o Senador Delcídio também contribuiu muito para a nossa audiência pública de hoje. Eu tenho certeza de que aprendemos bastante com os nossos convidados. E esse tema não vai ficar por aqui, nós vamos continuar esse debate, essa discussão para que nós possamos ajudar o Governo a fazer aquilo que é importante para a população brasileira, e dando essa estrutura de que o Governo precisa e de que os organismos governamentais precisam para ajudar a população brasileira.

Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)